



Ensino Fundamental

7º ano

História Geral e do Brasil

Manual exclusivo do aluno



INSTITUTO EDUCACIONAL
VERA CRUZ

Capítulo 1

A Formação da Europa Feudal

Retomando a crise do Império Romano

Depois de várias semanas de férias, talvez você não se lembre mais do que estudou no 6º ano sobre a crise e a queda do Império Romano. Vamos recordar?

A crise, iniciada no século III, foi motivada por um conjunto de mudanças. Uma delas, muito importante, foi a dificuldade do governo em proteger suas fronteiras dos contínuos ataques bárbaros.

Para controlar o império, manter o exército, pagar os funcionários, conservar estradas e muros de proteção, por exemplo, o Estado precisava de muito dinheiro.

Sem recursos, o Império Romano deixou de conquistar novos territórios, o que resultou na redução do número de escravos, na queda da produção e no encarecimento dos alimentos. A saída foi aumentar os impostos, principalmente nas províncias.

Buscando escapar dos impostos e da insegurança que tomou conta das cidades, por causa dos ataques, muitas pessoas mudaram-se para o campo, onde podiam encontrar trabalho e proteção. Nas áreas rurais, elas foram trabalhar principalmente nas grandes propriedades. Iniciava-se, dessa forma, uma crescente ruralização da Europa Ocidental.

O início da Idade Média

O contexto de crises e transformações no Império Romano está diretamente relacionado ao início da Idade Média. Você já ouviu falar sobre esse período? Se você já assistiu a algum filme sobre o rei Arthur, Joana D'Arc ou Robin Hood conhece algum jogo eletrônico ambientado em castelos ou que mostram cavaleiros e magos, mesmo que responda “não” alguma ideia você já tem de alguns aspectos da sociedade europeia desse período. O que teria marcado o início dessa época?

Como você viu, a fragilidade do Império Romano contribuiu para que diversos povos de diferentes partes da Europa e da Ásia penetrassem em seus territórios.

A maior parte desses povos fazia parte de um grande grupo linguístico conhecido como germânico.

Para se estabelecer nos domínios do império, alguns povos germânicos fizeram acordos com o governo romano, como a prestação do serviço militar em troca de terras, enquanto outros promoveram ataques violentos que prejudicaram o

comércio e agravaram ainda mais a crise da economia romana.

Quando os hérulos, um povo germânico, depuseram o último imperador romano do Ocidente, em 476, o império já se encontrava em colapso: a falta de trabalho e a queda do comércio e da população eram evidentes nas cidades, e os germânicos já representavam grande parte dos soldados e generais do exército romano.

Mesmo assim, a data da queda de Roma foi adotada como marco para o início da chamada Idade Média na Europa Ocidental.

Acredita-se que o nome “Idade Média” tenha sido formulado por estudiosos que viveram em cidades italianas no século XVI. Esses homens defendiam a ideia de que a época posterior à queda de Roma caracterizou-se pelo atraso técnico, pela exagerada fé religiosa e pela falta de liberdade.

Mais tarde, historiadores do século XIX estabeleceram a periodização adotada ainda hoje: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Você vai perceber ao longo dos estudos que a Idade Média, ao contrário, foi uma época de grandes transformações econômicas, culturais e sociais, e de inovações. Os botões, os óculos, as universidades e o jogo de xadrez, por exemplo, surgiram nesse período.

Quem eram os germânicos?

Os povos germânicos tiveram forte presença na cultura europeia ocidental antes e, principalmente, após a queda de Roma. Não se sabe ao certo a origem desses povos.

A hipótese mais provável é que eles tenham vindo da Escandinávia e da região do Mar Báltico, situadas no norte da Europa. Mais tarde, teriam entrado em contato com povos indo-europeus, como os celtas e os gregos. O resultado desse convívio foi uma influência cultural recíproca, tanto que a língua indo-europeia foi adotada pelos germânicos.

O que pode ser afirmado sobre os germânicos é que eles estavam divididos em vários povos, que falavam línguas ou dialetos aparentados. Entre esses povos, se destacavam os francos, os godos, os vândalos, os anglos, os saxões, os lombardos, entre outros.

Mesmo com algumas diferenças entre si, os povos germânicos se aproximavam pela língua, por uma organização social baseada na família e por uma forte tradição guerreira. A importância da atividade militar para esses povos explica a habilidade que tinham na fabricação de armas. Desde crianças os germânicos aprendiam a arte da guerra.

Em uma sociedade militarizada, o chefe guerreiro, evidentemente, era uma das figuras mais importantes da tribo. Nos períodos de guerra, o chefe era escolhido por uma assembleia para comandar o bando armado nas conquistas.

Caso saíssem vitoriosos, dividiam o butim entre eles. Além disso, as vitórias também proporcionavam terras para a agricultura e a criação de gado, garantindo a sobrevivência da comunidade e o poder da aristocracia. Com o tempo, a liderança do chefe guerreiro passou a ser hereditária.

Durante o século V e início do século VI, os germânicos fixaram-se em terras das antigas aristocracias romanas. Assim, os líderes guerreiros tornaram-se reis.

Porém, como eles não possuíam uma organização estatal nem instituições para administrar os territórios conquistados, seus domínios tinham curta duração.

Somente a partir do século VI alguns povos germânicos estabeleceram domínios duradouros na Europa. Foi o que ocorreu com os francos na Gália, com os anglo-saxões nas Ilhas Britânicas e com os lombardos na Península Itálica.



Mosaico de uma vila romana em Cartago, no norte da África, representando um vândalo (germânico) caçando, século V. Museu Britânico, Londres.

Os hunos não eram germânicos. Povos nômades originários da Ásia Central, eles tinham forte tradição guerreira.

Ao se expandir em busca de terras para as pastagens, os hunos forçaram os germânicos a se deslocarem para o interior do Império Romano.



O encontro de diferentes culturas

Os reinos germânicos estabelecidos em antigas terras romanas não possuíam instituições como as de Roma (Senado, Tribunais da Plebe etc.). Mesmo assim, eles incorporaram elementos da cultura romana, como o latim e algumas leis do direito romano.

O latim era mais usado nos setores administrativos. Com o tempo, toda a população passou a falar idiomas vulgares, até mesmo os clérigos que utilizavam majoritariamente o latim. Já o direito romano convivia com leis germânicas baseadas nos costumes.

Porém, os germanos nem sempre aplicavam a justiça interpretando a lei escrita. Muitas vezes, para resolver um conflito, eles recorriam ao ordálio. O teste podia ser um duelo ou provas, como segurar um ferro em brasa ou ser lançado à água preso em uma pedra. O resultado era considerado uma manifestação do desejo dos deuses.

Apesar de se apropriarem de aspectos da cultura romana, os germanos não trataram os romanos com igualdade, como mostra o texto a seguir.

“A fraqueza demográfica germânica ajuda a explicar a recusa à miscigenação em certos reinos, talvez como forma de preservação de identidade. Para tanto havia certa segregação, com bairros separados para romanos e bárbaros nas cidades da Itália ostrogoda, com a função militar proibida aos romanos em diversos reinos, com os germanos em quase todos os locais usando sua roupa tradicional [...]. Foram proibidos os matrimônios mistos, determinação de uma lei romana de 370 e que os germanos mantiveram em alguns reinos até meados do século VII.”

FRANCO JR., Hilário. A Idade Média, nascimento do Ocidente. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 85-86.

Os romanos, por outro lado, incorporaram alguns costumes germanos. A carne de porco, por exemplo, que era consumida apenas em festividades e banquetes, passou a integrar cada vez mais a dieta cotidiana dos romanos, ao lado do leite, da manteiga e da banha.

A expansão e a cristianização dos francos

Os francos foram um dos povos germânicos que mais se destacaram no período. No início do século V, eles ocuparam a Gália, região da atual França, e continuaram se expandindo para outros territórios, seja por meio de guerras ou fazendo alianças políticas com outros povos.

A expansão do Reino Franco ganhou impulso com o rei Clóvis (466-511), da dinastia merovíngia. Clóvis estabeleceu a capital de seus domínios em Lutetia Parisiorum (Lutécia), uma antiga cidade

romana que daria origem, mais tarde, a Paris. Em fins do século V, ele converteu-se ao cristianismo, aproximando as relações entre os francos e a Igreja cristã romana. Mas por que teria Clóvis se convertido?

Um escrito do bispo e historiador Gregório de Tours (538-594) conta que o rei franco, num momento de desespero, teria prometido se converter ao cristianismo caso vencesse uma batalha contra os alamanos, o que de fato ocorreu. Além disso, ele teria sido convencido por sua esposa Clotilde, que era cristã. Independentemente de qual tenha sido o verdadeiro motivo, a conversão de Clóvis teve um peso simbólico muito grande na época e serviu de exemplo para outros reis germânicos. Com o apoio da Igreja, os francos continuaram expandindo seus domínios pelos territórios germânicos e conquistando novos adeptos para a fé cristã.

Os vínculos entre a Igreja e o Reino Franco estreitaram-se ainda mais quando o papado solicitou a ajuda do governante Pepino, o Breve (c. 714-768), para lutar contra os lombardos na Península Itálica. Pepino derrotou os inimigos e entregou as terras da Itália central ao papa Estevão II, dando origem ao Patrimônio de São Pedro ou Estados Pontifícios. Em troca, o papa reconheceu Pepino como rei dos francos e legitimou a dinastia carolíngia.



Batismo de Clóvis, iluminura do manuscrito *História dos francos*, de Gregório de Tours, século XIV. Biblioteca Nacional da França, Paris.

O Império de Carlos Magno

Carlos Magno, filho e sucessor de Pepino, deu continuidade à expansão dos territórios francos e ao fortalecimento da aliança com a Igreja de Roma. Ele submeteu os lombardos, os saxões e os bávaros, abrindo caminho para a cristianização desses reinos germânicos.

No Natal do ano 800, Carlos Magno foi coroado imperador do Ocidente pelo papa Leão III, em Roma. Com esse gesto, o papa reafirmava a autoridade da Igreja sobre os homens e os reis e declarava que o poder vinha de Deus.

A coroação de Carlos Magno também tinha um significado político: a unidade da Igreja e do império em torno do imperador do Ocidente, descredenciando, portanto, o império de Constantinopla.

Com a perspectiva de governar todo o mundo cristão, Carlos Magno promoveu um movimento que ficou conhecido como Renascimento Carolíngio. O principal objetivo era preparar intelectualmente o clero cristão para orientar, com sabedoria, os fiéis na doutrina da Igreja.

Com a orientação de estudiosos cristãos, a Bíblia foi revista e copiada pelos monges em latim, criando um texto bíblico único no Ocidente. Os escritos gregos, romanos e cristãos serviram de base para desenvolver o ensino, que era praticado na escola palatina, nos mosteiros e em instituições ligadas ao clero.



Laços de dependência e fidelidade

Além de promover ações religiosas e culturais, Carlos Magno tratou de organizar a administração do império, que abrangia praticamente toda a Europa Ocidental. Para evitar as agitações e traições que marcaram a dinastia merovíngia, ele estimulou o costume germânico das relações de fidelidade e honra entre senhor e servidores, estabelecendo as relações de vassalagem.

A prática da vassalagem consistia numa relação de obrigações e direitos recíprocos entre o rei, que doava terras ou outros benefícios, e seus servidores, que os recebiam, comprometendo-se, em troca, a prestar auxílio administrativo e militar. Com o tempo, criou-se uma ampla rede de dependência pessoal que enfraqueceu o poder do monarca. Isso porque os vassallos reais estabeleceram relações de vassalagem com seus

dependentes, tornando-se ao mesmo tempo vassallos do rei e senhores dos seus vassallos. O poder do rei acabou pulverizado nas mãos de muitos senhores.

Fatores que fragmentaram o império

Com a morte de Carlos Magno e a disputa de poder entre seus sucessores, a figura do rei ficou ainda mais enfraquecida. A unidade política e territorial do império rompeu-se, e vários pequenos reinos surgiram. Em cada um deles, a autoridade do rei tendeu a ser suplantada pelo poder dos senhores locais. Em suas terras, eles tinham força para cunhar moedas, aplicar a justiça, fixar tributos e formar exércitos locais.

Para agravar a situação, durante o século IX, várias áreas da Europa Ocidental foram saqueadas pelos vikings. Cada região do império organizou sua própria defesa, o que mostrou ainda mais a fragilidade do poder real.

O feudo: um benefício

O feudalismo foi um sistema social que predominou na Europa Ocidental entre os séculos X e XIII, embora o tempo de duração e as características tenham variado de uma região para outra. A palavra feudalismo deriva de feudo, um termo de origem germânica que significa “bem dado em troca”. Nesse período a forma mais comum de feudo foi a doação de terras.

Com a desintegração do Império Carolíngio, os aristocratas que descendiam dos antigos servidores de Carlos Magno continuaram a reproduzir em seus domínios o costume germânico de doar terras a seus dependentes para obter ajuda administrativa e militar. Esses aristocratas, grandes senhores de terras, firmavam alianças pessoais com outros aristocratas, que eram reforçadas pelo juramento de fidelidade entre eles.

Por meio dessa aliança, um aristocrata transferia a outro o poder sobre o principal bem (ou feudo), que era a terra. Aquele que doava o feudo passava a ser senhor de quem o recebia, chamado vassalo. Entre eles se firmava o contrato feudo-vassálico, que estabelecia obrigações e direitos recíprocos.

Uma economia de base agrária

Em geral, o feudo era autossuficiente, isto é, ele tendia a produzir quase tudo o que era necessário à sobrevivência dos moradores, como alimentos, ferramentas, vestuário e utensílios domésticos.

Na Europa feudal, a agricultura era a fonte de sustento da maior parte da população. No senhorio, que era a propriedade agrícola senhorial, havia terras para o cultivo, celeiros para armazenar a colheita, um moinho para triturar os grãos e fornos para assar os pães. Embora a agricultura de

subsistência tenha sido a base da economia feudal, o comércio e o artesanato não desapareceram.



Camponesa em iluminura do manuscrito Tacuinum Sanitatis, que continha escritos médicos a respeito de alimentos, bebidas e roupas, c. 1400. Biblioteca Nacional da Áustria, Viena.

A Sociedade Feudal

Como era a vida na Europa feudal? Você tem ideia, por exemplo, de quem eram as pessoas que cultivavam a terra? Para quem elas trabalhavam? Será que recebiam algum salário? Observe a iluminura ao lado. Ela representa parte de um senhorio, a propriedade senhorial, que você estudou na página anterior e no objeto digital acima. Note que ela está dividida em pequenas faixas de terra, destinadas ao cultivo ou à criação de animais, onde aparecem alguns trabalhadores. Ao fundo, há uma grande construção. Você sabe que tipo de construção é essa? O que esses elementos revelam sobre a sociedade feudal?

Um bispo do século XI, chamado Adalberón de Laon, resumiu em um poema a visão da Igreja a respeito da sociedade feudal: havia os que oravam (clero), os que lutavam (a nobreza e os demais aristocratas) e os que trabalhavam (camponeses). Segundo o bispo, essa estrutura refletia a ordem celeste, representada pelo Pai, pelo Filho e pelo Espírito Santo. Alterar essa ordem seria o mesmo que ir contra a vontade de Deus.

Essa divisão, porém, não representava as relações reais estabelecidas na sociedade feudal. Atualmente, os historiadores especialistas em Idade Média tendem a dividi-la de acordo com o papel que o indivíduo ocupava na comunidade cristã. Segundo esse critério, havia os leigos e os clérigos e, dentro de cada um desses grupos, outras divisões.

Os leigos no meio rural: senhores e camponeses

Os senhores de terra formavam o primeiro grupo de leigos das áreas rurais. Nesse grupo, havia

os nobres, os grandes senhores e os senhores menores. Eles se dedicavam às atividades administrativas e militares e cuidavam da justiça e da vigilância dos camponeses. No grupo havia também os cavaleiros, isto é, combatentes armados que pertenciam à aristocracia laica.

Até o século X, só os vassallos mais importantes se tornavam cavaleiros. No século seguinte, a cavalaria afirmou-se como uma instituição ligada a toda a aristocracia laica. O ritual de ingresso nessa instituição marcava a passagem do interessado para a vida adulta: um adolescente de 18 a 20 anos recebia do senhor um golpe na nuca e as armas que faziam dele um integrante do grupo.

A figura do cavaleiro, no imaginário coletivo, distanciou-se do real para revestir-se de um heroísmo quase sagrado.

Tanto que quando surgiram os primeiros romances escritos na Europa medieval (século XI-XII), as chamadas novelas de cavalaria, os cavaleiros eram os protagonistas. Escritas em verso e em prosa, as novelas adaptavam antigas narrativas orais que abordavam os feitos heroicos e as guerras históricas, como as conquistas de Carlos Magno e os doze pares de França e as lendas do rei Arthur.

As novelas de cavalaria apresentavam um código de conduta no qual se destacavam o heroísmo, a honra e a lealdade, que eram os ideais da cavalaria medieval. O cavaleiro, nas histórias, agia em defesa da honra e da lealdade ao rei e à Igreja. A mulher era o objeto do amor cortês do homem, a dama que deveria ser tratada e amada com respeito e delicadeza.

Os camponeses: a principal força de trabalho

Os camponeses formavam o segundo grupo de cristãos leigos. Ele era constituído por homens e mulheres em diferentes condições sociais determinadas pela relação que tinham com a terra e seus senhores. Entre os camponeses havia os servos e os vilões.

Os servos estavam presos à terra para o resto da vida. Em troca de proteção e do direito de usufruí-la, eles deviam cultivar os lotes recebidos e as terras pessoais do senhor. Além disso, executavam várias outras tarefas, como consertar pontes, construir edifícios etc. Os servos também tinham obrigações ocasionais. Por exemplo, nas viagens que os senhores faziam pelas aldeias, eles tinham de oferecer alimentação e hospedagem.

Por meio da corveia, por exemplo, eles eram obrigados a trabalhar no manso senhorial, gratuitamente, duas ou três vezes na semana. A talha os obrigava a entregar ao senhor cerca de um terço do que produziam no manso servil. Havia

ainda as banalidades, um tipo de taxa, paga em produtos, pelo uso do forno, do moinho e de outras instalações da reserva senhorial.

Os vilões, por sua vez, eram camponeses livres que haviam adquirido pequenos lotes de terra. Com o passar do tempo, porém, muitos cederam às pressões senhoriais e tornaram-se servos.

Havia também um número reduzido de escravos, que trabalhavam principalmente nos afazeres domésticos dos castelos senhoriais.

Os leigos nas cidades: mercadores e artesãos

As cidades medievais chamavam-se burgos. Nelas viviam os burgueses, que exerciam diferentes ocupações. Em sua maioria, os burgueses vinham do meio rural: podiam ser servos fugidos ou homens livres que dependiam dos senhores de terra.

Com a crescente importância econômica das cidades a partir do século XI, surgiram novas atividades e novos grupos sociais. Mercadores, banqueiros, artesãos, açougueiros e estudantes das escolas instaladas nas catedrais e das universidades eram alguns tipos sociais formados no meio urbano.



Homens e mulheres exercendo diferentes tarefas domésticas, iluminura do manuscrito Tacuinum Sanitatis, c. 1400. Biblioteca Nacional da Áustria, Viena.

Os clérigos no Mundo Medieval

Na comunidade cristã, o papel dos que oravam era muito importante, tanto no campo quanto na cidade. No topo da hierarquia eclesiástica estava o papa, chefe da Igreja Católica.

Entre outras atividades, o papa tinha poder para julgar os clérigos, fiscalizar universidades, instituir dioceses, reconhecer novas ordens religiosas, cobrar o dízimo e estabelecer um modelo de conduta social. Assim, ele colocava-se acima de

toda a sociedade. Já o clero secular dividia-se em dois grupos: o alto e o baixo clero.

✓ **Alto Clero** – Era composto pelos bispos responsáveis pelas dioceses. Seus membros estavam no topo da hierarquia social e compunham-se, em sua maioria, de pessoas nascidas nas famílias nobres. Eles tinham terras e muito poder. Além disso, os bispos eram responsáveis por debater as questões de doutrina nos concílios ecumênicos.

✓ **Baixo Clero** – Eram os párocos, líderes de paróquia. Eles viviam frequentemente como os camponeses: cultivavam a terra e atendiam aos pobres e necessitados das vilas e regiões próximas da paróquia.

Havia também o clero regular, grupo formado pelos monges, cristãos que se afastavam do mundo para glorificar e servir a Deus. Eles viviam em mosteiros afastados das cidades. Em geral, nesses locais havia uma grande igreja, algumas capelas, uma área para alojar peregrinos, doentes e pobres, além do claustro, moradia dos monges composta de cozinha, dormitórios, enfermaria, refeitório e banheiros.

Os mosteiros também abrigavam grandes bibliotecas. Lá, os monges copiavam e ilustravam obras antigas dos gregos, romanos e cristãos, cumprindo, assim, um papel fundamental na preservação dos textos da Antiguidade Clássica.



Rendição de Lisieux, pergaminho francês de 1484. Na imagem, um burguês, acompanhado pelo bispo, entrega as chaves da cidade a Dunois, um dos militares responsáveis pela reconquista francesa da Normandia, que estava em posse dos ingleses. Biblioteca Nacional da França, Paris.

Entretenimentos e festividades

Agora que você conhece alguns aspectos da sociedade e do imaginário da Europa feudal, outras perguntas podem ser feitas sobre o modo de vida naquela época: como era o cotidiano dos homens e das mulheres que viveram naquele tempo? Que roupas usavam? Como eram as suas habitações? Como se divertiam? Será que a vida deles era muito diferente da nossa?

Os medievais sentiam e registravam o passar do tempo em ritmos bastante diferentes daqueles que experimentamos atualmente em nossa

acelerada civilização ocidental. A percepção e os meios de controle do tempo eram bem menos rígidos e mais lentos do que hoje. A vida coletiva era ritmada pelos ciclos da natureza, pela passagem das quatro estações e pelo conjunto de atividades essenciais à população.

A vida cotidiana, porém, não era a mesma para toda a sociedade medieval, já que seus grupos sociais se dedicavam a atividades variadas, fossem elas o trabalho, como você já estudou, ou o lazer. Assim, as formas de entretenimento de um nobre, por exemplo, eram muito diferentes das de um camponês.

Os membros da aristocracia divertiam-se com as caçadas e os torneios, que também faziam parte do treinamento militar, e com diversos jogos, como o xadrez e o tarô. Além disso, distraíam-se com os jograis, artistas ambulantes, geralmente das camadas mais pobres, que recitavam, cantavam ou apresentavam espetáculos circenses nos palácios ou nos castelos.

Os camponeses, por sua vez, divertiam-se com passatempos comunitários ao ar livre, como jogos e disputas esportivas, ocasiões em que podiam provar sua força e habilidade físicas. Já nas áreas urbanas, uma forma de entretenimento comum era o jogo de dados, praticado em praças públicas ou em tavernas, que era motivo de apostas e muitas vezes provocavam tumultos e reação das autoridades.

O Carnaval: a festa do riso e da liberdade

As festividades também tinham grande importância na vida do homem medieval. Elas serviam como momentos de convivência social e de entretenimento e revelavam as duas culturas, os dois mundos distintos em que vivia o homem medieval: a cultura da Igreja e do Estado, oficial, sóbria, ligada aos acontecimentos da Bíblia e à vida dos santos; e a cultura popular, sem nenhuma relação com o sagrado, que festejava o riso e a liberdade.

Assim, se de um lado havia o Natal e a Páscoa, as principais celebrações da Igreja Católica, de outro havia as festas pagãs, em que se destacava o Carnaval. De origem incerta, o Carnaval marcava o fim do inverno e o começo da primavera, a passagem da morte para a vida. Caracterizado pelos prazeres sensuais e excessos de comida e bebida, o Carnaval não tinha nenhuma relação com o sentimento de piedade, com o misticismo e com a magia. Era a celebração do riso e da vida.

As vestimentas

Na Europa Medieval, a túnica de mangas era a principal vestimenta utilizada por homens e mulheres. Em geral, as femininas cobriam o corpo



até os tornozelos, enquanto os modelos masculinos ficavam na altura dos joelhos. Por baixo da túnica, usava-se uma camisa, e os homens também vestiam uma espécie de calção.

A nobreza exibia seu prestígio social pelo uso de tecidos caros como a seda importada do Oriente, pelo refinamento dos brocados e pela riqueza das cores.

Já os camponeses usavam vestes mais simples, de tecidos grosseiros, como os feitos de fibras de cânhamo. Enquanto os aristocratas usavam botas de couro, de cano alto, ou sapatos de bicos longos, os mais pobres vestiam simples sapatilhas de pano.

Moradias: casas e castelos

Em geral, até o século VIII, as habitações de aristocratas e de camponeses eram feitas de madeira. O uso da pedra nas construções era mais comum onde havia pedras em abundância; caso contrário, a pedra ficava restrita às igrejas e aos palácios. As dimensões e a estrutura interna das residências variavam de acordo com o status social do morador e do tamanho de sua família.

As casas camponesas limitavam-se a um único ambiente que funcionava como cozinha, sala e quarto. Durante a noite, esse cômodo muitas vezes também abrigava os animais domésticos, que ajudavam a aquecer o ambiente.

Já os castelos só começaram a se multiplicar na Europa Ocidental com a afirmação do poder da aristocracia. Os primeiros castelos, de madeira, foram construídos com a finalidade de abrigar o senhor e sua família e de controlar e proteger um território.

A partir do século XI, reis e senhores mais poderosos começaram a construir castelos de pedra, mais resistentes a ataques e a cercos prolongados.



Cozinha do Castelo de Montreuil-Bellay, construído no século XI e remodelado no século XV. Região do Loire, França, em foto de 2009.

Capítulo 2

Origens e Expansão do Islã

Árabe e Islamismo

Que imagens surgem na sua mente quando falamos em povos árabes e islamismo? É muito comum aparecer, de um lado, o deserto, os beduínos em seus camelos e lindas odaliscas. De outro, uma imagem negativa, associada a guerras, intolerância e violência. Mas reflita: essas imagens realmente correspondem ao que chamamos de mundo árabe e islâmico?

Muitas vezes quando falamos em islã (mais conhecido como islamismo), há uma grande generalização e confusão sobre as crenças, o modo de vida, as obrigações religiosas, os países que professam essa religião, bem como equívocos entre os termos árabe, muçulmano e islã. Essas palavras são sinônimas? Toda árabe professa a religião islâmica? Todos que professam o islamismo são árabes? São essas e outras questões que você irá estudar nesta unidade.

A Arábia Pré-Islâmica

A Península Arábica ou Arábia é o berço da civilização árabe, ou seja, de um conjunto de povos que falam a língua árabe.

Ela se localiza no Oriente Médio, região que tem a maior parte do território dominada por desertos, oásis e estepes, com clima quente e árido (veja o mapa ao lado).

Essas condições geográficas marcaram o desenvolvimento econômico e cultural dos povos da antiga Arábia, sendo possível dividi-la em duas regiões.

Na Arábia Central ou Desértica predominava o modo de vida dos povos nômades ou beduínos. Eles viviam da criação de camelos, carneiros e cabras e dependiam da água, sempre escassa, e de locais para a pastagem.

Na Arábia do Sul ou Arábia Feliz, regiões banhadas pelo Mar Vermelho e Oceano Índico, formaram-se centros urbanos onde se desenvolveu o comércio, principalmente de pedras preciosas e essências aromáticas.

As Relações Cotidianas

Os antigos povos da Arábia tinham uma organização social baseada nos laços de parentesco entre tribos de origem semita que falavam diferentes dialetos árabes. Devido às dificuldades de sobrevivência no deserto, eles desenvolveram o sentimento de que as necessidades do grupo eram superiores às necessidades do indivíduo.

Dessa forma, as relações cotidianas apoiavam-se num estrito código de ética, em que os valores

mais importantes eram o orgulho dos ancestrais; a lealdade à família, ao clã e à tribo; a virtude, a coragem, a honra e a generosidade; a proteção ao mais fraco; e a hospitalidade. Além disso, a vida cotidiana seguia as regras ditadas pelo costume ou sunna (palavra árabe que significa “caminho correto a ser seguido”), que tinha como base as tradições ancestrais beduínas e a Lei de Talião, frequentemente conhecida pela expressão “olho por olho, dente por dente”.

Religiosidade na Antiga Arábia

Os antigos árabes eram politeístas animistas, isto é, acreditavam em diversos deuses e cultuavam elementos da natureza. O panteão religioso era formado por 368 divindades. Cada tribo cultuava um deus particular, o que lhe proporcionava um sentido de coesão e unidade.

Alguns deuses, porém, eram cultuados em toda a Arábia, como as deusas al-Manat (deusa da felicidade), al-Uzza (Vênus) e al-Lat (deusa do Céu). Todos estavam subordinados a um deus superior, Allah (Alá), e eram cultuados na Caaba, uma grande pedra negra sagrada localizada na cidade de Meca.

Além disso, os povos da antiga Arábia acreditavam em criaturas intermediárias entre o homem e as divindades: os djins ou gênios. Eles seriam os responsáveis pelas doenças, epidemias, loucura, esterilidade e outros males que afligiam a população.



Caravana de beduínos no Deserto de Wahiba, em Omã, país situado no sul da Península Arábica, 2011

A importância de Meca

As tribos árabes que se estabeleceram na Arábia Feliz criaram uma organização social mais complexa, fundando povoações que deram origem a diversas cidades. Entre as mais importantes estavam Taif, Yatrib (Medina) e Meca. Muito provavelmente você já ouviu falar de alguma dessas cidades, não é mesmo? Principalmente de Meca e dos milhões de fiéis muçulmanos que participam, todos os anos, da peregrinação até a cidade. Por que Meca é tão especial para milhões de pessoas? Qual é sua importância para a história do islã?

A cidade de Meca está localizada na região do Hijaz, no entrecruzamento das antigas rotas de

caravanas de comércio que vinham de Damasco (na Síria) e da Mesopotâmia e percorriam toda a Península Arábica. Por sua localização, a cidade tornou-se um grande centro comercial.

A partir do século V, Meca foi dominada pela tribo árabe dos coraixitas. Seu líder a transformou num importante centro de adoração religiosa e de peregrinação ao reunir em um santuário, a Caaba, as principais divindades cultuadas pelas tribos. O local tornou-se sagrado para todas as tribos da Arábia, que para lá se dirigiam, todos os anos, em peregrinação. Na cidade eram proibidos os conflitos e a violência, por isso as rivalidades entre as tribos ficavam temporariamente suspensas.

Dessa maneira, Meca assumiu uma dupla característica: centro comercial e religioso. Os coraixitas, por sua vez, fortaleceram seu poder ao garantirem as atividades econômicas e religiosas na cidade.

A ordem estabelecida pelos coraixitas significava, para os comerciantes das demais tribos, a proteção do santuário e das transações comerciais.

Foi nesse contexto que surgiu Maomé (Muhammad), e suas pregações, que daria origem a uma nova religião: o islã, islam ou islamismo.



Vista da Grande Mesquita de Meca durante a peregrinação anual de fiéis muçulmanos à cidade. Arábia Saudita, outubro de 2013.

Maomé e o surgimento do Islã

Maomé nasceu na cidade de Meca por volta de 570. Pertencia a uma família do clã hashemita, um ramo menos poderoso da tribo dos coraixitas. Perdeu sua mãe aos 7 anos, sendo então adotado por uma família de comerciantes. Desde jovem, acompanhava seu irmão adotivo em caravanas comerciais pela região, até se tornar, ele próprio, um mercador.

É possível que nessas viagens, além das atividades comerciais, Maomé tenha entrado em contato com o judaísmo, o cristianismo e crenças politeístas da Arábia.

Segundo a tradição islâmica, em 610, aos 40 anos, Maomé teve sua primeira revelação divina na

caverna de Hira, próximo a Meca. Enquanto meditava, o anjo Gabriel lhe apareceu e anunciou: “Maomé, tu és o profeta de Deus e sua missão é pregar a fé num único Deus”.

Inicialmente, Maomé confiou a revelação apenas a familiares próximos. Por volta de 613, decidiu tornar pública a mensagem de Deus. Assim, dirigiu-se à Colina de Safa, diante do santuário da Caaba, para anunciar a existência de um único Deus, condenar a idolatria e declarar-se o último mensageiro de Deus.

No início, os ensinamentos e as pregações de Maomé estiveram limitados a um pequeno grupo de jovens da tribo dos coraixitas, além de mercadores, artesãos e escravos.

À medida que o número de seguidores foi crescendo, as principais famílias coraixitas começaram a se sentir ameaçadas. Como a pregação de Maomé condenava o politeísmo e a idolatria da Caaba, os líderes coraixitas temiam perder seu poder político e os lucros obtidos com as peregrinações ao santuário. Dessa forma, Maomé e seus seguidores passaram a ser duramente perseguidos.

Em direção a Medina

Em 622, Maomé decidiu migrar para Yatrib, mais tarde conhecida como Medina, a cidade do profeta. Esse episódio, conhecido como Hégira, inaugurou uma nova fase da aceitação do islã como religião única na Península Arábica e de sua expansão, principalmente por meio da jihad. Por sua importância para o islã, a Hégira foi adotada como o ano 1 do calendário muçulmano.

Os coraixitas, por exemplo, cederam às pregações de Maomé ao perceberem que a aceitação da nova crença poderia ser positiva para a manutenção de seu poder e seus negócios. Nesse contexto, estabeleceu-se em Medina uma nova ordem social e política com a formação da comunidade islâmica, a ummah.

Meca preservou sua importância econômica e religiosa, agora como centro de peregrinação da nova fé. A Caaba, após ter seus ídolos destruídos e o santuário purificado, continuou sendo um templo sagrado, porém, com outro significado. Na tradição muçulmana, esse grande cubo negro teria sido construído por Adão, destruído pelo dilúvio e reconstruído por Abraão e seu filho Ismael para guardar a pedra negra trazida pelo anjo Gabriel.

Em Meca, Maomé também anunciou os fundamentos da fé islâmica: a unicidade de Deus, a crença na ressurreição e no dia do Juízo Final, as orações e a purificação da alma. Na cidade de Medina, o profeta estabeleceu a oração sagrada da sexta-feira e determinou que ela deveria ser feita

com o fiel voltado em direção a Meca. Os ensinamentos transmitidos por Alá e Maomé foram reunidos, após a morte do profeta (632), em um livro sagrado: o Alcorão.

O Islamismo hoje

Atualmente, o islamismo agrupa mais de 1,5 bilhão de fiéis no mundo todo.

Na Ásia, o islã é a religião predominante nos países do Oriente Médio (menos Israel), no Afeganistão, no Paquistão, na Indonésia, em Bangladesh, na Malásia e na maior parte dos países asiáticos da antiga União Soviética.

Na África, o islã é a religião mais professada nos países árabes do norte do continente e na chamada região do Sahel, onde estão Chade, Mali, Sudão, Senegal e outros países. Na Europa, os muçulmanos predominam na Albânia e na Bósnia-Herzegovina.

Mesmo não sendo predominante, o islã tem muitos seguidores na China, na Rússia, na Índia, na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Brasil. Isso significa que milhões de pessoas nesses países, mesmo não sendo árabes, são muçulmanas. Entretanto, quase 9 milhões de árabes que vivem no Egito são cristãos. Portanto, nem todo árabe é muçulmano e nem todo muçulmano é árabe.

A sucessão do profeta e a divisão do Islã

Quando Maomé morreu, em 632, Abu Bakr, um de seus primeiros seguidores, declarou à comunidade: “Muhammad morreu, mas Alá e o islã estão vivos”. Suas palavras serviram de consolo aos fiéis, mas também procuraram manter o legado do profeta de unificar a Arábia em torno do islã. Essa preocupação existia porque Maomé não havia deixado nenhuma orientação de como seria a sua sucessão. A ausência de regras para definir o sucessor dividiu a comunidade em dois grupos principais.

O primeiro grupo defendia que a escolha do sucessor deveria ser feita entre os membros mais velhos da comunidade.

Abu Bakr, amigo, conselheiro e pai de Aisha, uma das esposas de Maomé, seria a pessoa ideal. Como defendiam suas posições tendo como base as orientações descritas na Sunna, os membros desse grupo ficaram conhecidos como sunitas.

O outro grupo, porém, considerava que a sucessão deveria seguir a linhagem da família do profeta, atribuindo um caráter sagrado ao poder. Dessa forma, Ali, primo e genro de Maomé, seria o melhor indicado. Os membros desse grupo ficaram conhecidos como xiitas, do árabe “partidários de Ali”. Venceu o grupo de Abu Bakr, que se tornou o primeiro califa (sucessor).

As disputas sucessórias provocaram a cisão do islã entre xiitas e sunitas, e a rivalidade entre eles se mantém ainda hoje.

Atualmente, os sunitas são maioria no mundo islâmico, representando de 80% a 90% da população. Os xiitas, divididos em vários ramos, representam a maioria dos muçulmanos do Irã e do Azerbaijão, além de representarem entre metade e dois terços dos fiéis do islã no Iraque, no Bahrein e no Iêmen.

Para os sunitas, Ali tem sua importância reconhecida como um dos primeiros muçulmanos e companheiro fiel de Maomé. Porém, negam o caráter sagrado de Ali, ao contrário do que defendem os xiitas. Por essa razão, os sunitas acusam os xiitas de violarem o preceito básico do islã, que é a crença em um único Deus.



Crianças estudam o Alcorão em escola muçulmana na cidade de Cabul, Afeganistão. Foto de março de 2004. Os seminários islâmicos do Afeganistão oferecem educação para crianças e jovens de famílias pobres que não conseguem pagar escolas formais para seus filhos.

Os califados: expansão e conquista

O islamismo, com mais de 1,5 bilhão de fiéis, é a religião que mais cresce no mundo. Você já parou para pensar como essa fé se difundiu por diversas regiões do planeta, muitas vezes fundindo religião e política?

Diversos fatores contribuíram para a expansão do islã, como a manutenção da unidade espiritual e política iniciada por Maomé; a busca de novas terras para o cultivo; a fraca resistência de alguns povos que, enfraquecidos por guerras e perseguições religiosas, aceitaram mais facilmente o islã; e as vantagens oferecidas pelos conquistadores aos convertidos, como isenção ou redução de impostos.

O primeiro califa, Abu Bakr (632-634), foi responsável por retomar o controle da Península Arábica e recuperar para o islã a fidelidade daqueles que haviam renegado a nova crença após

a morte de Maomé. Segundo a tradição, ele teria dito às suas tropas que iniciaram a expansão para o leste e oeste da Arábia:

“Sede justos, sede valentes; morrei antes de render-vos; sede piedosos; não mateis nem velhos, nem mulheres, nem crianças; não destruais árvores frutíferas, cereais ou gado. [...] não molesteis as pessoas religiosas que vivem retiradas do mundo, mas compeli o resto do mundo a se tornar muçulmano ou nos pagar tributo.”

Abu Bakr, s/d. In: DURANT, Will. A idade da fé. Rio de Janeiro: Editora Record, s/d. p. 171. Disponível em www.ricardocosta.com/artigo/expansao-arabe-na-africa-e-os-imperios-negros-de-gana-mali-e-songai-secs-vii-xvi. Acesso em 8 jan. 2013

O Islã na África e na Península Ibérica

A primeira área de expansão do islã fora da Ásia foi a região do Magreb (em árabe, “o local onde o sol se põe” ou o “Ocidente”), na África, que corresponde aos atuais Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia. O processo de islamização do Magreb se deu principalmente pela conquista militar.

O mesmo não ocorreu na chamada região do Sahel, faixa de terra localizada imediatamente ao sul do Deserto do Saara. No Sahel, a conversão ao islã se deu a partir do contato com mercadores árabes do norte e pela ação missionária de líderes religiosos islâmicos.

Já na Península Ibérica, o islã difundiu-se por meio de Abderramão (Abd al-Rahman). Sua família havia sido quase toda assassinada durante a dinastia abássida. Porém, Abderramão conseguiu fugir para a região da Andaluzia (al-Andaluz), onde estabeleceu o emirado de Córdoba, um governo independente do Império Islâmico, embora reconhecesse a autoridade religiosa dos abássidas.

Em 929, Abderramão III, oitavo emir de Córdoba, autoproclamou-se califa, rompendo com a autoridade dos califas abássidas. O califado de Córdoba marcou uma era de grande florescimento cultural na civilização muçulmana.

Além disso, é considerado um exemplo de convívio de diferentes culturas e de tolerância religiosa. Foi permitido, por exemplo, que a população local mantivesse suas tradições cristãs e judaicas, desde que pagasse imposto especial.

A importância do comércio no Império Muçulmano

A posição geográfica do Império Muçulmano, entre o Oriente e o Ocidente, favoreceu o surgimento de um rico comércio, essencial para o desenvolvimento econômico da região.

Inicialmente, as rotas de comércio utilizadas pelos árabes eram terrestres. Grandes caravanas de comerciantes, reunindo até 6 mil camelos, percorriam os extensos desertos do império, como o do Saara e o da Arábia. Ao longo do caminho, os

mercadores e os animais podiam descansar em locais de parada, denominados khans. A partir do século VIII, com a fundação das cidades de Bagdá e Samarra, houve um impulso das rotas marítimas em direção ao Extremo Oriente, com o uso dos rios Tigre e Eufrates e do Oceano Índico. Pelo Mar Mediterrâneo, foi possível alcançar o sul da Europa e o noroeste da África.

Na Ásia Central e na China, os mercadores árabes compravam produtos como porcelana, lã, bronze, perfume, joias, pedras preciosas e seda. Este último artigo era tão importante que o caminho até a fonte produtora foi batizado de “rota da seda”. Na África, os árabes obtinham ouro e outros metais, escravos, resinas, gomas, peles e couros. Foi também graças a essa rede comercial que os árabes e o Ocidente conheceram alimentos como laranja, limão, banana, arroz, berinjela e alcachofra.

O grande desenvolvimento do comércio proporcionou o surgimento de muitas cidades no Império Muçulmano, como Bagdá, Samarra, Cairo e Córdoba, que se tornaram grandes centros de consumo e circulação de riquezas.

Além disso, ao proporcionar o contato com diferentes culturas e civilizações, o comércio também foi muito importante para a expansão do islã e dos conhecimentos dos povos árabes.



Fachada da Mesquita de Shah, em Isfahan, no Irã, construída no século XVII. A mesquita é o principal edifício da arquitetura muçulmana. Minaretes, arcos com formato de ferradura, cúpulas ornamentadas com mosaicos e arabescos são alguns elementos que a caracterizam.

Princípios do Islamismo

Você já sabe que os muçulmanos creem num único Deus, no dia do Juízo Final e nos profetas da tradição judaico-cristã, mas consideram Maomé o último e mais importante profeta. Também já estudou que o Alcorão é o livro sagrado do islã, o registro da palavra de Deus revelada a Maomé.

Ele trata da relação de Deus com os homens, dos rituais, das leis, das regras e das recomendações que devem orientar a vida de seus adeptos. Mas você já parou para pensar quais são essas regras que todo muçulmano deve seguir?

Como uma pessoa se torna um seguidor do islã? Quais são os costumes muçulmanos?

Os adeptos do islã devem observar diversas regras, entre elas, os chamados cinco pilares do islamismo. O primeiro deles diz respeito à conversão. Para uma pessoa fazer parte da comunidade muçulmana, ela deve proferir a shahada ou o testemunho de fé, afirmando que existe um único Deus e que Maomé é o seu mensageiro. Os outros pilares são:

- ✓ As cinco orações diárias (salat), que podem ser feitas na mesquita ou em outro local, com o fiel voltado em direção a Meca, e em horários determinados (ao nascer do sol, ao meio-dia, no meio da tarde, ao entardecer e à noite);
- ✓ A prática da caridade com os necessitados por meio da doação de dinheiro, chamada de zakat;
- ✓ O jejum no mês do Ramadã (9º mês do calendário islâmico), que consiste em não consumir alimentos nem bebidas do nascer ao pôr do sol;
- ✓ A peregrinação anual a Meca (hajj), no 12º mês do calendário muçulmano, pelo menos uma vez na vida e caso haja condições físicas e financeiras para isso.

Além disso, os muçulmanos são proibidos de consumir álcool e carne de porco (animal considerado impuro).

Eles veem a sexta-feira como um dia sagrado, dedicado às orações conjuntas da comunidade. Entre suas festividades religiosas, destacam-se a celebração do fim do jejum do Ramadã (Eid El Fitr) e a Festa do Sacrifício (Eid El Adha), que celebra o fim da peregrinação a Meca.



Família palestina da Cisjordânia prepara doces tradicionais para a celebração do fim do jejum do Ramadã, 5 de agosto de 2013.

A mulher no Islã

Atualmente, a condição da mulher no mundo muçulmano é objeto de grandes polêmicas. Por desconhecimento ou preconceito, a imagem predominante no Ocidente, por exemplo, é de que as muçulmanas são tratadas como seres inferiores e privadas de direitos.

Será que essa visão expressa a realidade de toda a comunidade islâmica?

Na Arábia pré-islâmica era comum a prática do infanticídio feminino, dos casamentos arranjados e da submissão da mulher aos homens da família. Porém, segundo a tradição islâmica, Maomé condenou tais práticas, afirmou a igualdade entre homens e mulheres perante Deus e recomendou que elas fossem tratadas com dignidade.

Tudo isso em uma época em que as mulheres no Ocidente europeu sofriam as mais severas restrições.

O próprio Alcorão apresenta diversas passagens relativas aos direitos das mulheres. De acordo com o texto sagrado, a mulher tem, por exemplo, o direito à propriedade, à herança, de pedir o divórcio e de estudar. Pela tradição, ela também pode escolher com quem deseja se casar, manter seus negócios e usar métodos contraceptivos.

Outro aspecto que provoca intensos debates se refere ao uso do véu (hijab) pelas muçulmanas em locais públicos, prática muitas vezes entendida como imposição e opressão. No Alcorão, o uso do hijab é recomendado por duas razões: distinção e proteção, como forma de valorizar a mulher em sua humanidade.

No entanto, nada se afirma sobre sua obrigatoriedade, o que dá margem a diferentes interpretações. Há, por essa razão, países de maioria muçulmana que adotam o véu como regra (Arábia Saudita), e outros, como escolha pessoal (caso do Líbano).

Apesar disso, é importante reconhecer que, em vários países islâmicos, os direitos das mulheres são continuamente violados. É o que ocorre, por exemplo, na Arábia Saudita, que tem um regime ditado pela interpretação rigorosa da shari'a.

Nesse país, as mulheres, entre outras restrições, são proibidas de dirigir e não podem trabalhar, estudar e viajar sem a permissão de algum familiar do sexo masculino.

Pode-se dizer que casos como esse decorrem de dois fatos principais: uma leitura radical do Alcorão e tradições culturais de vários grupos que adotaram o islã, mas não abandonaram muitas de suas práticas anteriores.

Capítulo 3

Reinos e povos da África

Por muito tempo, os antigos povos que habitavam a África foram vistos como seres inferiores e sem cultura. Felizmente, nos dias de hoje, essa visão preconceituosa tem sido desfeita com a ampliação dos estudos sobre o continente. Eles mostram, por exemplo, que a África pré-colonial era habitada por diferentes sociedades, algumas com organização complexa, intensa atividade comercial e uma grande produção artística e cultural.

Apesar disso, ainda hoje muitas pessoas e sociedades têm uma imagem deturpada e simplificadora sobre os povos africanos. Por isso, em um período marcado cada vez mais pelo desrespeito à diversidade, conhecer um pouco a história das sociedades africanas é um passo importante para a construção de um mundo mais justo e solidário.

As Sociedades Sahelianas

Neste primeiro momento, você vai conhecer um pouco mais sobre dois dos antigos reinos mais importantes do Sahel: Gana e Mali. De origem árabe, a palavra “sahel” significa margem ou borda. No caso africano, o Sahel é uma extensa faixa de terra situada imediatamente ao sul do Deserto do Saara e habitada por diferentes povos pastores e comerciantes. Entre os séculos VIII e XVI, desenvolveram-se na região diversos reinos e cidades mercantis, como Djenné e Timbuctu.

A formação desses reinos esteve diretamente relacionada ao comércio de longa distância, principalmente com os árabes vindos do norte da África. Esses mercadores adquiriam ouro, noz-de-cola, marfim, peles, escravos e outros artigos com as sociedades sahelianas. A escravidão, considerada normal, era praticada pelas tribos, reinos e impérios sahelianos muito antes da chegada dos europeus. Também os mercadores árabes, os berberes e outros povos islamizados do norte do continente negociavam e possuíam escravos.

O Reino de Gana: a terra do ouro

O Reino de Gana, o mais antigo do Sahel, estabeleceu-se na região vizinha ao sul do Deserto do Saara por volta do ano 300. O centro comercial do reino era a cidade de Koumbi Saleh, que desde o século IX já apresentava características urbanas e atingiu seu esplendor por volta dos séculos XII-XIII. A cidade chegou a abrigar uma população de 20 mil pessoas e pode ter sido uma das capitais do Reino de Gana.

Muito tempo antes de Maomé, o reino era chamado pelos árabes de “terra do ouro”, devido às ricas zonas auríferas existentes na região. O ouro

era trocado principalmente por sal, que era extraído das salinas do Deserto do Saara e utilizado como moeda nas transações comerciais e na conservação dos alimentos.

Estudos arqueológicos indicam que esse comércio existia pelo menos desde o século III e envolvia outros produtos, como goma, sorgo, âmbar, peles, penas e marfim.

A presença do islã em Gana

Você se lembra do que estudou na Unidade anterior sobre a expansão do islã no norte da África? Após se difundir pelo norte, a religião de Maomé foi levada para o Sahel.

No Reino de Gana, por exemplo, o islã começou a crescer por volta do século XI, mas não em decorrência da conquista militar, como havia ocorrido no norte. Em Gana, o islã foi divulgado por mercadores árabes e por líderes religiosos islâmicos vindos do norte, chamados marabutos.

A nova religião encontrou maior número de adeptos entre os funcionários da corte e intelectuais que assessoravam o gana. Eles passaram a utilizar a escrita árabe na administração do reino e nos negócios.

A religião e a cultura islâmicas contribuíram para fortalecer o poder real e para aglutinar diferentes povos sob o domínio de Gana, como tuaregues, malinques, fulas, tuculores e soninkês. Com isso, o islã transformou-se em uma religião de Estado, ainda que o próprio gana não tenha se convertido e muitas crenças e rituais tradicionais tenham se mantido na região.

O Império do Mali

Na mesma região em que se desenvolveu o Reino de Gana, floresceu, entre os séculos XIII e XVI, um império mais rico e poderoso: o Império do Mali. Esse reino era habitado por vários povos, sendo os malinques (ou mandingas) o grupo principal. Os mandingas falavam a mesma língua do povo de Gana e também adotaram a cultura e a religião do islã.

Os governantes do Mali recebiam o título de mansa, isto é, rei dos reis. Segundo cronistas árabes, entre os mais famosos mansas estavam Sundiata Keita, fundador do reino e responsável por centralizar diversos grupos malinques sob seu poder; e Mansa Musa, que organizou o império em províncias, estreitou os laços com o Egito e ampliou a extensão do seu reino. Mansa Musa também fez uma rica peregrinação a Meca, em 1354, carregando, pelo deserto, ouro e presentes. Sua viagem foi relatada no Atlas catalão de Abraham Cresques, de 1375. Observe que em uma das páginas desse atlas, reproduzida abaixo, o soberano

está segurando uma pepita de ouro, mostrando a riqueza de seu império. Abaixo de sua mão, foi representada a cidade de Timbuctu.

O comércio, o controle das rotas caravaneiras transaarianas e a cobrança de taxas sobre produtos como ouro, sal, escravos, marfim e noz-de-cola eram fundamentais para a manutenção do Estado, da corte e do mansa. Com as taxas cobradas, o imperador obtinha cavalos para o exército e comprava tecidos e artigos de luxo como forma de demonstrar seu poder.

A população em geral não era favorecida pela riqueza do comércio transaariano, exceto pelo sal, indispensável na sua alimentação. Os súditos viviam em vilarejos, em casebres feitos de barro. Cultivavam milhete, sorgo, inhame, algodão e feijão, criavam animais, como bois, camelos e cabras, pescavam, teciam e produziam objetos artesanais, como cestas e potes.



Detalhe de Atlas catalão de Abraham Cresques, 1375. Biblioteca Nacional da França, Paris. À direita de Mansa Musa, aparecem, em árabe, os seguintes dizeres: "Este senhor negro é aquele muito melhor senhor dos negros de Guiné. Este rei é o mais rico e o mais nobre senhor de toda esta parte, com abundância de ouro na sua terra".

As cidades de Timbuctu e Djenné

Localizadas às margens do Rio Níger, as cidades de Timbuctu e Djenné foram incorporadas ao Império do Mali no século XIII. Antes dessa data, porém, já eram grandes centros políticos; mais que isso, eram mercados que controlavam a chegada dos produtos trazidos pelas caravanas do norte e do sul da África.

Sob o governo de Mansa Musa, essas cidades foram transformadas em grandes centros cosmopolitas. Artistas e letrados foram convocados para trabalhar em Djenné e em Timbuctu, e diversas mesquitas e prédios públicos foram construídos na região.

A cidade de Timbuctu destacou-se como grande polo cultural. Sob o domínio do Império do Mali, a cidade se tornou um ponto de encontro de intelectuais e estudiosos que vinham de vários lugares do mundo árabe.

A Universidade de Sankore, por exemplo, fundada por volta do século XII, formava com a Universidade de Jingaray Ber e de Sidi Yahya um importante complexo de estudo em Timbuctu. Nessas instituições

ensinava-se lógica, astronomia, caligrafia árabe, matemática e história. Também se transmitiam os fundamentos do islã por meio da leitura e do estudo do Alcorão.

Na Universidade de Sankore, porém, não existia uma administração central, registros de estudantes ou cursos predeterminados. Os alunos se associavam a um professor e as aulas ocorriam em pátios abertos da faculdade ou em residências particulares.

Em 1988, a cidade de Timbuctu foi declarada patrimônio mundial pela Unesco. O processo de desertificação e o acúmulo de areia têm ameaçado muitas construções seculares, que correm risco de desaparecer. Diante desse cenário, a Unesco iniciou um programa para conservar e proteger esse importante patrimônio da história pré-colonial africana.

Sobrevivendo no deserto

Você deve ter percebido que o comércio foi essencial para o desenvolvimento dos reinos de Gana e do Mali. Como você imagina que esse comércio era realizado? Quais eram os principais produtos negociados pelos mercadores? De que regiões eles vinham? Como as caravanas de comércio vindas do norte chegavam aos reinos sahelianos?

Pode parecer estranho, mas o Deserto do Saara, situado em uma extensa faixa de terra no norte da África, cumpriu um papel muito importante na integração dos povos da costa do Mediterrâneo, do Índico, do Atlântico e da região do Sahel. Longe de ser um obstáculo, o grande deserto foi um espaço promovedor de contatos, especialmente com a introdução do camelo por volta do século III.

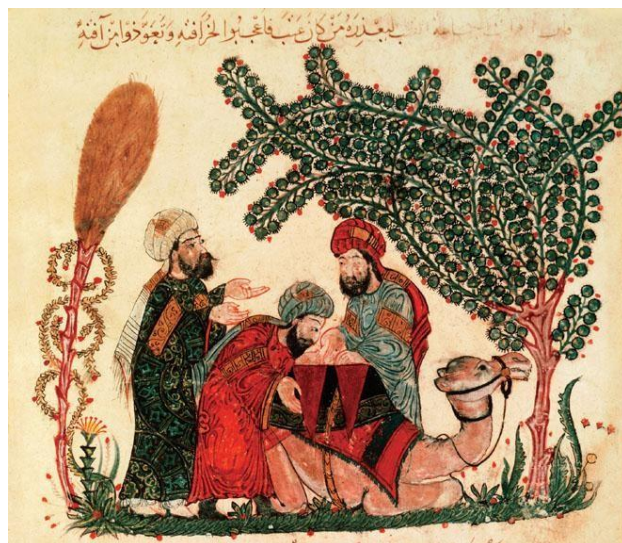
A forte resistência do camelo ao clima desértico e sua capacidade de permanecer sem água por vários dias tornaram possível a travessia do Saara. Além disso, a carne e o leite do animal foram essenciais na alimentação dos povos nômades do deserto, e seu pelo e usado para confeccionar tendas nas quais as caravanas paravam para descansar.

Garantidas a sobrevivência e a locomoção no deserto, os povos da região tiveram condições de praticar uma das atividades econômicas mais rentáveis da África durante vários séculos: o comércio caravaneiro, que ligava os entrepostos do Mediterrâneo às praças mercantis da região do Sahel.



Caravana de camelos na província de Tamanrasset, território argelino no Deserto do Saara, 2012. O comércio caravaneiro é praticado ainda hoje por grupos de tuaregues, povos nômades que vivem no Deserto do Saara.

Rotas do comércio transaariano e transaheliano



Caravana de mercadores descansando, miniatura do manuscrito Maqamat de Al-Hariri, século XIII. Biblioteca Nacional da França, Paris.

O comércio transaariano, em suas diversas rotas, ligava as várias praças mercantis com as zonas de abastecimento, as minas de sal do Deserto do Saara, as regiões auríferas do Sahel e as áreas de extração de pimenta e noz-de-cola das florestas tropicais. Observe o mapa na página seguinte.

Os terminais norte do comércio transaariano eram formados pelos portos mediterrânicos, como os de Túnis, Cairo e Argel, e por cidades como Marrakech, Sidjilmasa e Fez. Os terminais sul dessas rotas eram as cidades sahelianas de Awdaghost, Walata, Timbuctu, Gao, Tadmekka e Agadés. A partir daí, os produtos trazidos pelas caravanas seguiam por redes transahelianas de comércio, tanto na direção leste como na oeste. Nessas redes se destacava o movimento dos canoieiros que navegavam pelos rios Senegal, Níger e Gâmbia.

Muitos povos participavam dessa ampla rede mercantil. No deserto predominavam os berberes, os tuaregues e os azanegues, que conduziam as cáfilas (caravana de mercadores que utilizam camelos como meio de transporte); nas zonas de florestas, os produtos eram transportados em caravanas de burros conduzidas pelos diulas ou

wangaras, haussás e mandingas. Entre eles havia, também, os canoeiros dos grandes rios.

“Saara” em árabe significa deserto. O grande deserto ocupa uma área de aproximadamente 30% do continente africano. Composto de dunas, regiões semiáridas, chamadas estepes, e diversos oásis, surgidos a partir do afloramento do lençol freático na superfície do solo, o Saara não constitui um espaço vazio de vida.

Apesar da escassez de água, do clima árido, de altas temperaturas à luz do dia e de baixas temperaturas à noite, o deserto abriga populações sedentárias e nômades que vivem nele e dele, além de uma fauna e de uma flora características que possuem, no geral, defesas naturais que lhes possibilitam sobreviver nesse ambiente.

Baseado em SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. Memória d’África: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007. p. 65 -67.

Compreensão

1. Que características da geografia física do Deserto do Saara são descritas no texto?

2. Por que, segundo o texto, o Saara não pode ser considerado um espaço vazio de vida?

Produtos do sul em direção ao norte

Veja a seguir quais eram os principais produtos transportados da região do Sahel e das florestas, no sul, em direção ao Deserto do Saara e à costa do Mediterrâneo, no norte, de onde seguiam depois para a Europa e para a Ásia.

✓ **Ouro** – O metal era a base do sistema monetário do mundo islâmico e da Europa medieval. As minas de Bambuk, de Burê e dos estados akãs da Costa do Ouro (Gana), onde era extraído, representavam a principal fonte aurífera antes da chegada dos europeus à América e da descoberta das minas do México e do Peru.

✓ **Noz-de-cola** – Fruto utilizado pelas sociedades africanas tradicionais em cerimônias e rituais e para controlar o cansaço e a fome, a noz-de-cola foi amplamente adotada pelos povos islamizados por ser o único estimulante recomendado ao consumo pelas regras muçulmanas.

✓ **Escravos** – Trabalhavam nas salinas do Saara, nas sociedades islâmicas do norte da África e nos países europeus, sobretudo na Península Ibérica muçulmana.

Além desses produtos, que representavam a base da economia do Sahel, a região também fornecia resinas, gomas, peles e couros; e produtos alimentícios, como sorgo, milho africano e milhete.

Produtos do norte em direção ao sul

Conheça agora quais eram os produtos comercializados na direção contrária, isto é, do norte do Saara e da costa do Mediterrâneo em direção às regiões das estepes, das savanas e das florestas, no sul.

✓ **Sal** – Produto essencial para a conservação dos alimentos nas áreas tropicais, o sal também servia de moeda nas trocas comerciais.

✓ **Produtos Alimentícios** – Tâmaras, passas e raízes, bastante apreciadas pelas comunidades islâmicas do Sahel.

✓ **Burros e cavalos** – Inexistentes nas florestas tropicais devido à presença das moscas do sono, conhecidas como tsé-tsé, que atacavam os animais que formavam a cavalaria dos reinos nas margens das áreas tropicais.

✓ **Artefatos de metal e manufaturados** – Utensílios de cobre, bronze e estanho, ferramentas, tecidos e adornos feitos de metais e pedras preciosas vinham do Egito, do Oriente Médio e da Europa.

O trecho mais difícil do comércio caravaneiro era a travessia do deserto, que levava em média dois meses para ser concluída.

Durante a viagem, as caravanas passavam até duas semanas sem encontrar um poço de água ou um trecho de oásis.

Além disso, muitas novidades trazidas pelos mercadores nem sempre eram aceitas rapidamente pelas populações ao sul do Saara.

Camponeses, por exemplo, preferiam as enxadas de cabo curto do que as de cabo comprido, introduzidas pelos europeus. Os reis, por sua vez, estavam interessados nos artigos de luxo e em armas.

Nossos Ancestrais Africanos

O Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, inferior apenas à da Nigéria, na África. Segundo dados do Censo 2010, cerca de 97 milhões de brasileiros são pretos ou pardos. Você já parou para pensar de quais regiões da África vieram os ancestrais dessa parte da nossa população? Quais teriam sido os primeiros grupos negros a chegar ao nosso país? Que conhecimentos e costumes eles trouxeram para cá?

A partir do século XVI, muitos africanos foram trazidos forçadamente para o Brasil pelos portugueses na condição de escravos. Eles

pertenciam a uma grande variedade de povos, que, no século XIX, foi classificada em dois grandes grupos linguísticos: banto e iorubá. Esses povos vieram de regiões onde hoje se localizam Nigéria, Costa do Marfim, Camarões, Angola, Congo, Tanzânia, Quênia, Moçambique, África do Sul, entre outros países.

Uma vez estabelecidos no Brasil, esses povos entraram em contato com os povos que aqui viviam e com aqueles que vinham de outros continentes, criando, juntos, uma cultura afro-brasileira. Assim, quando vamos a uma festa de Congada, assistimos a uma apresentação de capoeira, apreciamos um samba ou um maxixe, comemos um acarajé ou uma deliciosa canjica ou conhecemos uma cerimônia do candomblé, por exemplo, estamos vivenciando expressões da cultura afro-brasileira.

Portanto, estudar a história da África também é essencial para compreendermos nossa própria história, uma vez que a identidade brasileira tem fortes marcas africanas.

Os Reinos Iorubás

A origem dos reinos iorubás, também chamados de nagôs, ainda é incerta. Há indícios arqueológicos de que eles floresceram ao sul do Rio Níger por volta do século IX, numa antiga população que tinha como centro a cidade de Ifé (que significa “o que é vasto”). Porém, segundo alguns estudiosos, as evidências mais antigas desse grupo remontam ao século IV.

Seja como for, os reinos iorubás estavam organizados em cidades-Estados independentes que mantinham relações comerciais entre si, como Ifé, Oyo, Owu, Benin e Ila. Para os iorubás, a cidade de Ifé tinha origem divina. Conta a tradição oral que Oduduwa, o ancestral divino de todos os iorubás, um dia desceu do céu até as águas e depositou nelas um pouco de terra. No local, plantou uma palmeira e deixou uma galinha. Esta, ao ciscar o solo, teria lançado terra em diversas direções. Foi assim que surgiu Ifé e, ao seu redor, o resto do mundo.

Além de ser considerada sagrada, Ifé também era uma referência política, pois todos os outros reinos iorubás estavam vinculados a ela. A cidade também era um importante entreposto do comércio caravaneiro na África. Os mercadores paravam na cidade para descansar, reabastecer as caravanas e negociar produtos, como sal, contas de pedra, dendê, pimenta e escravos.

Os iorubás constituem um grande grupo étnico-linguístico da África Ocidental, representando cerca de 20% da população da Nigéria e parte da população do Togo, do Benim e de Serra Leoa. Fora da África, a cultura iorubá tem forte presença no Brasil e em Cuba.



Ilustração atual que representa o mito iorubá da criação do mundo, 2014.

Grandes Escultores

Os iorubás também ficaram conhecidos por suas admiráveis esculturas. Observe a estatueta ao lado, que representa um Oni de Ifé. Veja como os traços do seu rosto são ricamente detalhados. Os olhos estão abertos e sem pupila, o nariz e a boca têm contornos fortes, o rosto está marcado por delicadas linhas. Seus adornos na cabeça, nos braços e no pescoço, por sua vez, completam o equilíbrio da figura. Essa imagem tem traços bem realistas, não é mesmo? Por essas características, as peças iorubás são consideradas obras de arte únicas da África subsaariana.

Em geral, as estatuetas iorubás eram feitas de madeira, terracota, pedra, cerâmica, cobre, latão ou bronze, uma evidência de que eles já conheciam técnicas de metalurgia. As peças eram pintadas com tinta vermelha, preta e branca, mas a pintura que as revestia não resistiu ao tempo.

Além disso, a arte iorubá tinha a religião dos orixás e o culto aos antepassados como temas centrais. Muitas máscaras, por exemplo, representavam ancestrais e eram usadas em rituais funerários ou como objetos simbólicos de proteção em cerimônias religiosas.

Era comum também a representação de cabeças de animais estilizadas com uma insígnia na testa, como as de carneiros, elefantes, leopardos e hipopótamos, que indicava uma determinada realeza iorubá. Elas decoravam vasos e jarras utilizadas em rituais. Muitos desses objetos foram encontrados em Ifé, em locais que se acredita terem sido altares.

Outro exemplo da arte religiosa dos iorubás são as cabeças feitas de terracota e bronze que representam um Oni. Geralmente, elas eram feitas após a morte do Oni e colocadas em sua sepultura. Provavelmente, era uma forma de manter viva a memória das figuras ilustres na coletividade.



Oni de Ifé, escultura iorubá dos séculos XV-XVI. Também existem muitas obras de arte iorubá que não são naturalistas, isto é, não representam as coisas como elas são ou parecem ser, mas que expressam os valores culturais desse grupo.

A religião dos orixás

Os iorubás acreditam em um ser supremo, que chamam de Olodumare ou Olorum, o criador de tudo que existe no mundo. Olodumare tem atributos que o diferenciam de todos os deuses: é único, imortal, onipotente (para ele nada é impossível), onisciente (tudo sabe, vê e ouve), rei e juiz do mundo. Para os iorubás, ele também criou os espíritos e as di vindades, chamadas de orixás.

Os orixás são intermediários entre Olodumare e os seres humanos. Alguns orixás existem desde o princípio de tudo; outros são reis, guerreiros e outros personagens históricos que, por seus feitos heroicos, foram elevados à condição divina. Outros orixás são elementos da natureza, como o fogo, a chuva e o vento.

Exu é o orixá mensageiro, o representante da comunicação entre o criador e os homens. Xangô, rei de Oyo antes de tornar-se orixá, é a divindade das tempestades e do fogo. Iemanjá é a orixá do Rio Ogun, na Nigéria, e mãe de vários orixás. Oxalá, famoso por sua pureza, é líder de todos os orixás, aquele que ajudou Olodumare a criar e a moldar os seres humanos.

A diversidade dos povos bantos

O termo “banto” significa “povo” ou “os homens”. Ele é utilizado para designar cerca de 400 grupos étnicos africanos que falam línguas que têm uma origem comum. Segundo o linguista Joseph Greenberg, o núcleo original dos povos bantos eram populações que viviam na fronteira dos atuais Nigéria e Camarões por volta de 3 a 4 mil anos atrás.

Por motivos ainda desconhecidos, eles começaram a migrar para o sul e o leste da África. No século XII, já ocupavam áreas da África Central até o sul do continente.

A rápida expansão banta deveu-se, principalmente, à facilidade de adaptação à

agricultura local. Aliás, essa atividade era uma prática comum a todos os povos bantos, assim como o respeito aos mais velhos e aos antepassados. Apesar disso, é importante notar que cada grupo tinha suas especificidades econômicas, políticas, sociais e culturais.

Nas savanas do Congo, por exemplo, o método das queimadas, empregado para limpar o terreno para a agricultura, combinado com o sistema de rodízio, foi predominante.

Outros povos, como os lozi, aproveitaram as inundações periódicas do Rio Zambeze, na região da atual Zâmbia, para desenvolver complexos sistemas de irrigação.

Na África Oriental, na região que se estendia do atual Quênia até Moçambique, existiam três grupos bantos principais: os sabaki, os seuta e os ruvu.

Essas sociedades, em geral, cultivavam cereais, raízes e tubérculos, dominavam técnicas da metalurgia e criavam gado. Em algumas áreas, também existia a cultura de grãos, banana e inhame.

Apesar desse panorama, esses povos agricultores conviviam, em diferentes escalas, com pastores e grupos que ainda praticavam a caça e a coleta.

Assim como os iorubás, os povos de língua banta também mantinham contato com diferentes sociedades, como os cuxitas, os nilotas e mercadores árabes vindos do norte.

Esse contato se deu a partir das migrações bantas para diferentes regiões da África, em diferentes períodos, e através do comércio. Com os africanos islamizados, por exemplo, aprenderam a utilizar atabaques e desenvolveram uma nova comunidade étnica com influências árabe e banta, a suaíli.



Gravura do século XIX que representa uma mulher do grupo linguístico banto. Biblioteca de Artes Decorativas de Paris, França.

O Reino do Congo

O Reino do Congo, um dos mais importantes reinos bantos, situava-se em terras que hoje correspondem a Angola, Congo e República Democrática do Congo, na África centro-ocidental. Ele surgiu, provavelmente, entre os séculos XIII e XIV.

O reino estava dividido em províncias e pequenas aldeias e era controlado por um rei, chamado de mani congo (“espírito superior”). Ele utilizava diversos objetos que simbolizavam seu poder e o diferenciavam do restante da população, como um chapéu, um tambor, um bracelete de cobre ou marfim e um trono. O rei também nomeava governadores para auxiliá-lo na administração das províncias e, entre outras tarefas, recolher tributos da população.

A capital do Reino do Congo era M'Banza Congo. A cidade era uma praça forte, cercada de muralhas, e também um grande centro comercial. O comércio era a principal atividade econômica dos congoleses. Entre os produtos procurados na região se destacavam o sal marinho, os metais, os tecidos de fibra e o marfim. As transações comerciais eram feitas por meio do escambo ou com o uso do nzimbu, uma espécie de concha encontrada na Ilha de Luanda que servia como moeda.

Segundo relatos europeus, o poder político no Congo era fortemente centralizado na figura do mani congo. Ele formava, ao lado de uma camada de aristocratas, a elite social e política do reino. As famílias aristocráticas, ligadas ao rei por laços de parentesco, cuidavam da administração das províncias. Essa elite era mantida pelos tributos cobrados pelos chefes das aldeias. A vida do rei, da sua corte e da aristocracia contrastava com a pobreza dos camponeses e dos escravos.

No século XV, após os primeiros contatos com os portugueses, o rei do Congo se converteu ao catolicismo e foi batizado com o nome de D. João. A capital do reino passou a se chamar São Salvador do Congo. Iniciava-se, dessa forma, uma grande parceria entre portugueses e congoleses.

Capítulo 4

Renascimento e Reformas Religiosas

Uma nova visão de mundo

Na Europa Medieval, o estudo e o conhecimento eram dirigidos pelo clero católico, que administrava as escolas e as universidades.

Para os clérigos, o mundo deveria ser compreendido a partir de um único caminho: o da fé e da religião.

Assim, defendiam uma visão teocêntrica, na qual a vida deveria ser guiada pela crença na vontade de Deus, o centro do Universo.

Mesmo os pensadores da chamada Escolástica, que procuraram conciliar a fé e a razão, defendiam que a verdade absoluta, total, estava na palavra revelada por Deus nas Escrituras.

Essa forma de ver e guiar o mundo, porém, já não correspondia às transformações que estavam em curso na Europa desde o século XI, como a urbanização, a intensificação do comércio e o enriquecimento da burguesia.

Nesse contexto, foram surgindo novas ideias, especialmente no campo da educação, que pretendiam renovar os estudos tradicionais a partir da valorização de outras áreas do conhecimento, como história, filosofia, literatura, retórica e matemática.

Com esse objetivo, e para se diferenciar do homem e da cultura medievais, muitos intelectuais e artistas foram buscar inspiração num período considerado por eles de grandes realizações e esplendor: a Antiguidade clássica.

Esse movimento intelectual e cultural, que expressava o novo modo de pensar do homem moderno, surgiu na Península Itálica em fins do século XIV e início do XV e ficou conhecido como Renascimento. O que se pretendia fazer “nascer de novo”, “formar de novo”? É o que você irá estudar a seguir.



Detalhe da Noite, escultura feita por Michelangelo para o túmulo de Giuliano de Médici (papa Clemente II), concluída em 1531. Basílica de São Lourenço, Florença.

Por que Renascimento?

A palavra “Renascimento” traz uma série de questões sobre seu emprego e significado. É importante verificar que foram os próprios artistas da época que usaram o termo para definir suas obras em oposição ao que vinha sendo produzido até então.

Essa concepção, porém, trouxe algumas implicações. Primeiro porque se criou uma visão, hoje considerada equivocada, de que a Idade Média foi um período de atraso, um milênio de trevas durante o qual o conhecimento e a cultura da Antiguidade clássica teriam desaparecido.

Os estudos feitos sobre o assunto mostram, já há algum tempo, que nem a Idade Média foi uma era de atraso e estagnação nem os valores da Antiguidade clássica desapareceram no período. A cultura greco-romana continuou presente na literatura, nas teorias políticas, na educação, na filosofia etc.

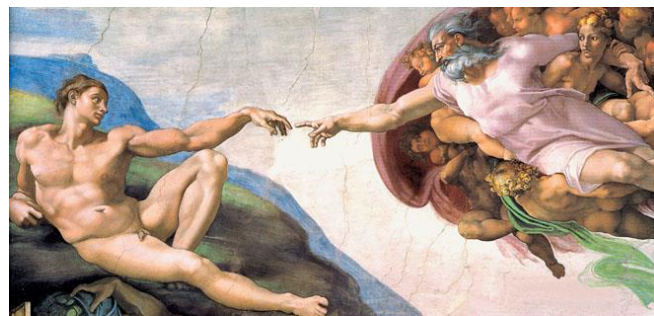
Um segundo problema é acreditar que qualquer expressão cultural possa surgir fora de seu tempo. Ainda que os renascentistas desejassem fazer “renascer” a cultura greco-romana, o que eles de fato conseguiram foi criar um estilo artístico, que logicamente retomava alguns valores e procedimentos da cultura greco-romana, mas que expressava algo novo, refletindo o homem e a sociedade do final da Idade Média.

Esses artistas eram homens de seu tempo, ou seja, viviam num mundo onde o cristianismo e as ideias religiosas continuavam com muita força, enquanto novos valores, grupos sociais, conhecimentos e atividades econômicas surgiam ou se desenvolviam rapidamente.

Não por acaso, o movimento renascentista nasceu nas prósperas cidades italianas em fins do século XIV. Nelas, uma burguesia enriquecida com as atividades urbanas descobria na beleza das obras de arte um meio de expressar o seu poder e a sua riqueza.



Escola de Atenas, pintura de Rafael Sanzio, 1509-1510. Palácio Apostólico, Vaticano. Nessa pintura foram representados importantes filósofos da Grécia antiga, como Platão (no centro, com túnica vermelha), Aristóteles (ao lado de Platão, com túnica azul) e Sócrates (à esquerda, com túnica esverdeada). Os intelectuais da Antiguidade clássica inspiravam os humanistas.



A criação de Adão, detalhe da pintura de Michelangelo Buonarroti no teto da Capela Sistina, 1510. Vaticano.

O que foi o humanismo?

O período de grandes transformações pelo qual passava a Europa propiciou a origem de uma nova forma de pensar, o humanismo, movimento intelectual do Renascimento que surgiu nos centros urbanos mais desenvolvidos da Península Itálica.

O humanismo voltava-se para a busca do conhecimento sobre o ser humano e a natureza por meio da investigação, da observação e da crítica, valorizando a razão e o raciocínio lógico.

Nessa perspectiva, os humanistas acreditavam que as pessoas deveriam deixar de lado a submissão, a devoção religiosa como centro da existência e a vida contemplativa da época medieval para assumir uma postura mais ativa, inventiva, observadora e capaz de usufruir do seu mundo e de seu tempo.

Assim, em substituição à visão teocêntrica, os humanistas defendiam o antropocentrismo, que colocava o ser humano como o centro do Universo. O homem, no lugar de Deus, deveria ser a medida de todas as coisas.

Além disso, o humanismo também estava associado a outros valores próprios do mundo burguês que se desenvolvia, como o otimismo (pensamento positivo e aberto em relação ao novo), o individualismo (afirmação da liberdade do indivíduo em relação à sociedade) e a competição (incentivo à capacidade de agir do ser humano).

É importante ressaltar, porém, que os humanistas não eram ateus. Pelo contrário, eram cristãos que defendiam a busca da verdade por meio da investigação e da reflexão racional, pois entendiam que a razão não deveria estar a serviço da fé, mas ser uma categoria livre.

O Espírito Científico

A valorização da razão, do ser humano e dos estudos sobre a natureza contribuiu para o desenvolvimento do pensamento científico. Até o século XV, por exemplo, acreditava-se que diversos fenômenos da natureza, como as doenças, eram manifestações da vontade divina.

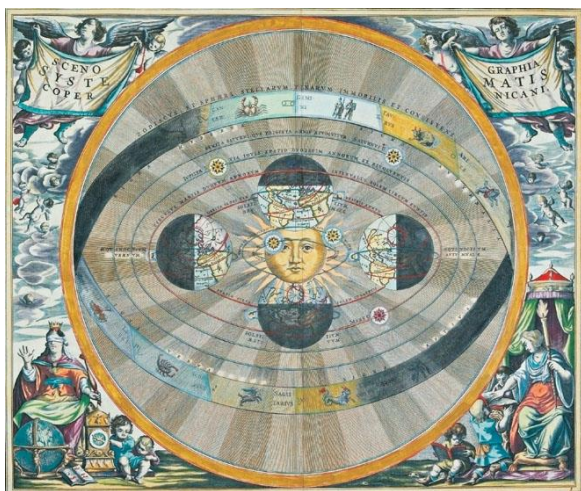
Questionando essas “verdades absolutas”, muitos estudiosos buscaram explicar o mundo ao

seu redor por meio da observação e do experimentalismo. Para isso, valorizaram o cálculo e a matemática, o projeto e a precisão, o método e o rigor, realizando muitas descobertas e inovações técnicas. No campo da matemática, da física e da astronomia destacaram-se:

✓ **Nicolau Copérnico (1473-1543):** astrônomo polonês, contestou a teoria geocêntrica, elaborada pelo grego Ptolomeu e reafirmada pela Igreja Católica, de que a Terra era o centro do Universo. No lugar, defendeu a teoria heliocêntrica, segundo a qual o Sol era o centro do sistema planetário, e a Terra e os demais planetas giravam em torno dele.

✓ **Johannes Kepler (1571-1630):** astrônomo e matemático alemão, dedicou-se à observação do planeta Marte e descobriu que os planetas descrevem órbitas elípticas em vez de circulares, como se acreditava até então. Também elaborou as leis sobre o movimento dos planetas.

✓ **Galileu Galilei (1564-1642):** astrônomo, matemático e filósofo italiano, aperfeiçoou a luneta, instrumento que lhe permitiu descobrir as luas de Júpiter, os anéis de Saturno, as fases de Vênus, as manchas no Sol e a dimensão da Via Láctea e do sistema solar. Considerado o pai da física moderna, Galileu desenvolveu a lei da queda livre. Além disso, por meio de suas observações astronômicas, confirmou a teoria heliocêntrica de Copérnico.



Sistema cosmológico concebido por Copérnico, retirado da obra Atlas celestial ou a harmonia do Universo, 1660. Biblioteca Britânica, Londres.

A difusão de novas ideias

Muito provavelmente você deve estar se perguntando: como todas essas inovações e conhecimentos foram divulgados naquela época? Até a primeira metade do século XV, os livros eram manuscritos por monges copistas, o que limitava e encarecia a produção em grande quantidade. Além disso, o saber encontrava-se em grande parte guardado nas bibliotecas de mosteiros, dificultando a difusão do conhecimento.

Um passo decisivo para mudar essa situação foi dado em 1450, quando o alemão Johannes

Gutenberg desenvolveu, a partir de um modelo chinês, a prensa de tipos móveis e os tipos móveis metálicos. A prensa era uma máquina que comprimia, em uma superfície, os tipos móveis embebidos em tinta. O invento permitiu agilizar a reprodução de livros e, consequentemente, aumentar a produtividade e baratear os custos. Com a invenção de Gutenberg, as ideias humanistas puderam ser difundidas para várias regiões da Europa. Vale ressaltar, porém, que o uso da prensa somente se tornou hegemônico no século XIX, com a produção industrial de livros.

Os riscos em inovar

Apesar de todas essas inovações, é preciso considerar que a criação e a difusão de novas formas de pensar foram tarefas difíceis. Isso porque muitas dessas ideias, como a teoria heliocêntrica, eram consideradas revolucionárias para a época e significavam a ruptura com a doutrina da Igreja.

Ao questionar as “verdades” estabelecidas, muitos pensadores e cientistas foram excomungados, perseguidos, torturados e até mesmo condenados à morte. Alguns preferiram viver no exílio; outros evitavam fixar residência para não serem notados. Giordano Bruno e Miguel Servet, por exemplo, foram queimados vivos pela Inquisição; Galileu foi repreendido pela Igreja e teve que negar suas descobertas para escapar da condenação à fogueira. Teria dito, ao negar a teoria heliocêntrica e a ideia de que a Terra se movia: “e, contudo, a Terra gira”.

Apesar desses obstáculos, as novas ideias continuaram a florescer com todo o vigor. Entre os novos pensadores estabeleceu-se uma rede de apoio, de troca de ideias, de descobertas, de formação de discípulos, de apoio nas viagens e de incremento do ambiente universitário.

Península Itálica: berço da nova arte

Como você percebeu, o pensamento humanista se expressou nos estudos de astronomia de Galileu e Copérnico, na literatura de Shakespeare, na química de Paracelso. Mas foi principalmente nas artes visuais do Renascimento que o humanismo manifestou o potencial sensível do ser humano e sua capacidade de representar o mundo.

A Península Itálica foi o berço desse movimento e também o local onde ele atingiu o esplendor. A riqueza proveniente das atividades comerciais e bancárias permitiu formar na região uma burguesia próspera e orgulhosa do seu poder, que passou a financiar o trabalho de pintores, escultores e arquitetos.

Ao atuar como mecenas, ou seja, protetores e patrocinadores dos artistas, esses ricos burgueses tinham duplo objetivo: exibir sua riqueza e

prestígio e imortalizar sua própria figura. Entre os mecenas que se destacaram estavam a família Médici em Florença, os Sforza em Milão e os Bentivoglio em Bolonha. Até mesmo papas, como Júlio II, atuaram como mecenas.

Inovações da Arte Renascentista

Como você estudou, a arte renascentista inspirou-se nos valores humanistas. Dessa forma, os artistas passaram a destacar em suas obras a natureza, os animais e, principalmente, o ser humano. Entre os principais temas estavam a mitologia e os personagens bíblicos, que mostram essa síntese da religiosidade cristã com a cultura greco-romana.

Os artistas renascentistas também partiam da concepção de que a beleza em uma obra de arte tinha como função principal proporcionar prazer ao observador. Assim, procuraram recriar a realidade e buscar a perfeição na representação das formas, empregando, para isso, conhecimentos de geometria e óptica. Nesse sentido, o artista assumiu cada vez mais o papel de “cientista das artes”.

Essa aliança entre humanismo e ciência definiu uma característica geral do Renascimento: o universalismo, que tinha como base a visão de que o ser humano deveria desenvolver todas as áreas do saber, assumindo a atitude de um sábio capaz de se posicionar ativamente num mundo dinâmico e em transformação.

Na pintura, os renascentistas desenvolveram diversas técnicas inovadoras para atingir a beleza, o realismo e a perfeição.

A composição em pirâmide, por exemplo, foi utilizada para transmitir harmonia e equilíbrio e para direcionar o olhar do observador, enquanto a perspectiva criava a sensação de profundidade e volume, dando à pintura uma realidade tridimensional. Outra inovação foi a técnica de luz e sombra, que permitiu o uso das cores, dos tons e meios-tons para representar cenas, emoções e movimentos.



Primavera, pintura de Sandro Botticelli, c. 1478. Galeria Uffizi, Florença.

Expoentes do Renascimento

Entre os principais expoentes da arte renascentista na Península Itálica, destacamos:

Sandro Botticelli (1445-1510) – considerava a arte como representação espiritual, religiosa e simbólica. Dedicou-se aos nus, aos temas religiosos e mitológicos, além de pintar quadros e retratos encomendados por famílias burguesas.

Leonardo da Vinci (1452-1519) – considerado o melhor exemplo do homem universal, foi pintor, escultor, matemático, arquiteto, engenheiro e inventor. Por meio da dissecação de cadáveres, realizou diversos desenhos anatômicos, contribuindo para o estudo da gravidez e dos embriões. Entre suas invenções, que quase nunca saíram do papel por não haver na época tecnologias para isso, estão o salva-vidas, o paraquedas, a bicicleta e o protótipo de helicóptero.

Michelangelo Buonarroti (1475-1564) – entre suas obras destacam-se os afrescos no teto da Capela Sistina, no Vaticano, que contam a história bíblica da criação do mundo. Também teve imensa expressividade na escultura. Procurando exaltar ao máximo a natureza humana, Michelangelo ficou conhecido como o “poeta dos corpos”.

Rafael Sanzio (1483-1520) – conhecido como o “pintor das Madonas” pela série de representações que fez da Virgem Maria com o Menino Jesus.

Ticiano (1488-1576) – considerado o “mestre da cor”, marcou e influenciou a Escola de Veneza.

De que maneira a Reforma Protestante expressou o novo contexto europeu do final da Idade Média?

A Crise Religiosa

As transformações políticas, econômicas e sociais na Europa Ocidental e o novo modo de pensar e ver o mundo do homem moderno, que se manifestaram no campo das artes e das ciências, também afetaram a religião.

Primeiro, com o fortalecimento das monarquias nacionais, o poder papal passou a rivalizar com o poder dos reis. Assim, a Igreja, que antes ocupava um papel importante na política, começou a perder espaço nas decisões dos Estados. Além disso, os interesses da burguesia, cada vez mais influente, chocavam-se com o que a Igreja pregava, como a condenação do lucro e da usura. Dessa forma, a ética da Igreja tornou-se um obstáculo à expansão das atividades econômicas burguesas.

Para agravar a situação, a Igreja Católica viu seu poder ser abalado por uma série de críticas surgidas dentro da própria instituição. Isso porque desde o final da Idade Média a Igreja vinha se desviando de seus princípios e valores iniciais, usufruindo, por exemplo, do luxo, da riqueza e da ostentação. Além disso, boa parte do clero desrespeitava as regras religiosas, como o celibato, desconhecia o latim, não estava preparada para

conduzir a missa e tratava com descaso os cultos e ritos religiosos. Muitos também praticavam a simonia.

Esse quadro de enfraquecimento do poder da Igreja Católica e de críticas à instituição gerou um amplo movimento reformista que deu origem a novas igrejas cristãs: a Reforma Protestante.

Lutero e o início da Reforma

O movimento protestante iniciou-se na Saxônia, região da atual Alemanha, dirigido pelo monge Martinho Lutero. Em 1517, ao saber da venda de indulgências autorizada pelo papa Leão X com o objetivo de arrecadar fundos para a reconstrução da Basílica de São Pedro, o monge resolveu se manifestar publicamente. Provavelmente em um encontro de eruditos religiosos de Wittenberg, Lutero apresentou suas 95 teses, nas quais denunciava a venda de indulgências e criticava o mau comportamento do clero e do próprio papa. A versão de que Lutero afixou as teses na porta da Igreja de Wittenberg parece ter sido noticiada, mas não há documentos que confirmem o fato.

Depois disso, seguiram-se debates teológicos entre Lutero e sábios da Igreja, os quais refutaram todas as teses. Em 1520, três anos após o início da crise, uma bula papal foi enviada a Lutero ameaçando-o de excomunhão caso não se retratasse; o monge, porém, não só manteve suas críticas, como queimou a bula papal em praça pública. O ato simbolizou a ruptura de Lutero com a Igreja e iniciou a Reforma Protestante.

Os seguidores de Calvino

Com a ajuda da prensa de Gutenberg, as ideias de Lutero se difundiram rapidamente pela Europa e abriram caminho para novos movimentos reformadores. O francês João Calvino, por exemplo, perseguido na França por converter-se ao protestantismo, refugiou-se em Genebra, na Suíça.

Aos poucos, Calvino se distanciou do luteranismo, criando uma doutrina religiosa que se baseava na ideia da predestinação absoluta. Segundo Calvino, Deus já havia escolhido, desde o princípio, os indivíduos abençoados com a vida eterna e os condenados à perdição eterna. O ser humano, em sua condição de pecador, era indigno de alterar a decisão de Deus ou de conhecê-la. Para não viver aflito pela incerteza, o indivíduo deveria perseverar em sua fé e levar uma vida austera e obediente a Deus. Os bens materiais e a riqueza deviam ser vistos como bondades concedidas por Deus aos seres humanos.

Após a morte de Calvino, seus seguidores fizeram interpretações da doutrina da predestinação. A riqueza e a prosperidade

passaram a ser vistas como sinais da graça divina, e não apenas como generosidades de Deus.

Isso explica por que o calvinismo obteve grande apoio da burguesia e estimulou seus adeptos a se esforçar para progredir economicamente.

A Igreja Anglicana

Na Inglaterra, a ruptura religiosa foi conduzida pelo rei Henrique VIII e teve caráter essencialmente político. O principal motivo da Reforma Anglicana, como o movimento ficou conhecido, foi o fato de a Inglaterra já ter um governo forte e centralizado, que via na Igreja Católica uma grande rival para seus interesses. Outra queixa frequente dos ingleses era a obrigação do pagamento de dízimos.

O pretexto para o rompimento com a Igreja veio de uma questão pessoal. Henrique VIII era casado com Catarina de Aragão, de origem espanhola, que não lhe havia dado um herdeiro para sucedê-lo. Insatisfeito, o rei solicitou a anulação de seu casamento ao papa Clemente VII, para que pudesse se casar com a cortesã Ana Bolena. O pedido, porém, foi negado. Mesmo assim, Henrique VIII divorciou-se de Catarina e casou-se com Ana Bolena. Diante disso, foi excomungado pelo papa.

Em resposta, Henrique VIII decretou, em 1513, o Ato de Supremacia, pelo qual se tornou o chefe da Igreja na Inglaterra, com total apoio do Parlamento. Veja no quadro os principais pontos das doutrinas calvinista e anglicana.

Calvinismo	Anglicanismo
Negou o culto aos santos e à Virgem Maria e proibiu o culto às imagens.	A doutrina anglicana se consolidou no reinado de Elisabeth I, sendo uma síntese dos princípios católicos e calvinistas.
Aboliu o celibato	O rei tornou-se a autoridade máxima da Igreja.
Simplificou a liturgia da missa (sermão e oração), que deveria ser feita em língua nacional, assim como a leitura da Bíblia.	Manteve a hierarquia eclesiástica.
Pregou uma rígida disciplina moral e religiosa, estabelecendo um código de vestimentas e condenando atividades consideradas desviantes como o teatro, a dança, a música, os jogos, a blasfêmia e o adultério.	Condenou o culto aos santos e às relíquias.
	Manteve os ritos católicos na língua inglesa.
	Defendeu a livre interpretação da Bíblia e a salvação pela predestinação.

Como a Igreja Católica reagiu à Reforma Protestante?

A reação da Igreja

O luteranismo, o calvinismo e o anglicanismo fizeram surgir uma cisão definitiva na cristandade ocidental, que deixou de ser universal para se dividir entre cristãos católicos e cristãos protestantes. Com isso, a intolerância religiosa e o radicalismo cresceram por todos os lados, e as perseguições e guerras religiosas se estenderam pelo menos por um século. A Igreja Católica, por exemplo, reagiu às críticas dos reformadores e criou um movimento denominado Contrarreforma ou Reforma Católica.

É importante perceber que a Igreja Católica não estava indiferente aos seus problemas internos e não foi necessariamente o movimento protestante que a fez rever sua própria conduta. Entre os próprios católicos, pensadores, juristas e devotos, havia a percepção de que a Igreja se desviava de seu rumo original e precisava de mudanças.

No entanto, foi a Reforma Protestante, a expansão das novas igrejas pela Europa e a perda de adeptos que levaram o catolicismo a iniciar seu movimento de renovação. Sob a liderança dos papas Paulo III (1534-1549), Paulo IV (1555-1559), Pio V (1566-1572) e Xisto V (1585-1590), a Igreja Católica deu início a um processo de moralização e reestruturação interna.

Instrumentos da Contrarreforma

Para dar início à Reforma Católica, em 1545 o papa Paulo III convocou um concílio na cidade italiana de Trento, cujos trabalhos se estenderam até 1563. O Concílio de Trento, como ficou conhecido, reafirmou os dogmas e ritos católicos, como a salvação pela fé e boas obras; a presença de Cristo na eucaristia; a autoridade e a infalibilidade do papa; a hierarquia eclesiástica; o celibato do clero; a devoção aos santos e à Virgem; os sete sacramentos (batismo, eucaristia, crisma, matrimônio, ordem, penitência e extrema-unção); e a missa e a Bíblia em latim.

O concílio também determinou a criação de seminários para a formação do clero e a elaboração do catecismo, um resumo da doutrina católica para ser usado na evangelização dos fiéis, principalmente jovens e crianças. Em Trento, a Igreja também condenou a venda de indulgências e de cargos eclesiásticos.

Além disso, a Igreja reorganizou o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, criado em 1231 com o objetivo de vigiar, julgar e punir os acusados de heresia. Além de protestantes, judeus, cristãos-novos, muitos cientistas e pensadores foram perseguidos pela Inquisição. O Tribunal também

era responsável pela elaboração do índice de Livros Proibidos, o Index, que consistia numa lista de livros censurados pela Igreja por serem considerados prejudiciais à fé católica.

A tarefa de expandir o catolicismo e conquistar novos adeptos também foi reforçada com a criação da Companhia de Jesus, em 1534, pelo militar espanhol Inácio de Loyola. Os jesuítas, como ficaram conhecidos, consideravam-se “soldados de Cristo”. Eles seguiam uma disciplina rígida e tinham a missão de combater o avanço do protestantismo por meio da reafirmação da fé católica, da criação de escolas religiosas e, principalmente, da conversão de fiéis. Além da Europa, a ação dos jesuítas voltou-se para a Ásia, a África e a América.

A Contrarreforma na arte

A Reforma Católica foi acompanhada pelo surgimento de um novo estilo artístico: o Barroco. A arte barroca nasceu na Península Itálica, no final do século XVI, e difundiu-se por diversos países católicos da Europa, como Portugal, Espanha e França, e, posteriormente, pela América. Esse estilo artístico predominou na arquitetura de igrejas e capelas, de palácios e prédios administrativos, bem como na pintura, na música e na literatura.

Opondo-se ao realismo da arte renascentista, o estilo barroco priorizava o terreno dos sentidos e das intuições, procurando despertá-los com obras rebuscadas, repletas de detalhes e elementos decorativos.

Com o objetivo de educar pelo olhar, convencer e envolver emocionalmente o observador, o estilo barroco utilizou-se excessivamente do esplendor, da exuberância, da dramaticidade, da exaltação dos sentimentos, da religiosidade intensa e do misticismo. Por isso, também se caracterizou por ser uma arte feita sob encomenda para a Igreja Católica. Por meio de imagens cativadoras, principalmente passagens da Bíblia, o Barroco divulgou os ideais do catolicismo e tentou despertar nos fiéis a emoção e o fervor religioso.

Um exemplo disso é a pintura de Annibale Carracci, reproduzida abaixo. Com o uso de cores vivas, luzes e sombras, o pintor representou o nascimento de Cristo como um grandioso e exuberante acontecimento. Todos os olhares voltam-se para Jesus, que é destacado por meio de uma luz que vai se esvaecendo ao seu redor. Os anjos comemoram com música e alegria, enquanto Maria e os outros personagens mostram intensa ternura.



A adoração dos pastores, pintura de Annibale Carracci, 1611-1612. Museu de Belas Artes, Orleans, França.

Capítulo 5

Os povos pré-colombianos

Muito além de Maias, Astecas e Incas

Quando pensamos na história da América anterior à chegada dos europeus, é muito comum que maias, astecas e incas sejam os primeiros nomes a aparecer em nossa memória. Na verdade, esses povos tornaram-se famosos não apenas por suas realizações culturais, mas também, no caso de incas e astecas, pelo papel político que desempenhavam no momento da chegada dos europeus.

No entanto, maias, astecas e incas são apenas três civilizações indígenas, entre dezenas de outras, que habitaram o continente americano em diferentes épocas da história. Neste tema, você irá conhecer um pouco do modo de vida e das realizações de alguns povos indígenas que viveram na chamada Mesoamérica.

Algumas das principais características desse modo de vida mesoamericano eram a utilização do milho como base da alimentação; a construção de grandes pirâmides escalonadas; o uso de um sistema de calendário baseado em dois ciclos simultâneos; e a criação e o uso de escritas pictográficas.

Escrita Pictográfica

Forma de escrita que combina elementos pictóricos (escrita por meio de cenas figuradas) e glíficos (escrita por meio de símbolos, ou seja, desenhos).



Descendentes dos antigos maias realizam grande cerimônia de recebimento do avô Sol e do novo fogo sagrado para a humanidade no sítio arqueológico de Tikal, na Guatemala, dezembro de 2012.

Olmecas e Zapotecas

Os primeiros centros cerimoniais da Mesoamérica surgiram nas áreas próximas à costa do Golfo do México por volta do ano 1200 a.C. Seus fundadores foram os olmecas, que também construíram campos para o jogo de bola de látex, pirâmides escalonadas, estelas com inscrições e cabeças colossais.

Os centros políticos olmecas, com destaque para La Venta, dominaram a vida da região até por volta de 400 a.C.

Nesses centros, artesãos olmecas produziam estatuetas e cerâmicas de uso cerimonial que foram encontradas ou copiadas em muitas outras regiões da Mesoamérica.

Quando o domínio olmeca e de seu principal centro político, La Venta, entrou em colapso na Mesoamérica, os zapotecas, culturalmente próximos dos olmecas, começaram a construir seus centros político-cerimoniais. O principal deles, Monte Albán, se tornou a primeira cidade da Mesoamérica.

Monte Albán, além das construções típicas dos centros cerimoniais, como praças, templos e pirâmides, contava também com setores de residência permanente das elites dirigentes e com bairros especializados na produção de certas mercadorias.

As cidades-Estado maias

A civilização maia desenvolveu-se na área que corresponde ao sul do atual México, à Guatemala, a Belize, a Honduras e à parte leste de El Salvador, como você pode verificar no mapa da página anterior. O auge dessa civilização estende-se de 250 até o ano 900 da era cristã.

Os maias viviam em cidades-Estado governadas por chefes com poder hereditário. O chefe de cada cidade exercia funções políticas e religiosas, auxiliado por um conselho de líderes tribais, nobres guerreiros e sacerdotes. Essa elite detinha a posse das terras, que eram cultivadas por camponeses. Esses trabalhadores viviam nessas terras, em moradias rústicas, e tinham direito apenas a uma parte do que produziam.

Essa sociedade hierarquizada pode ter sido, segundo muitos estudiosos, resultado da influência do povo olmeca, que se relacionou com os maias principalmente por meio de trocas comerciais. Essas relações comerciais também ocorreram entre as várias cidades-Estado maias. O principal produto comercializado era o tecido.

Independentemente da importância do comércio, a agricultura constituía a base da economia maia. O principal produto cultivado era o milho, tão importante que, segundo os mitos maias, os deuses o haviam utilizado como matéria-prima para criar o homem. Os maias também produziam cacau, algodão, feijão, pimenta, abóbora, mamão e abacate, criavam cães (para caça e para alimentação), perus e abelhas e praticavam a pesca.



Vista do Templo dos Guerreiros, em Chichén Itzá, sítio arqueológico maia localizado no estado de Yucatán, no México. Foto de 2011.



Vista do observatório astronômico maia, também conhecido como Caracol, em Chichén Itzá, México, 2012. Os conhecimentos astronômicos faziam os sacerdotes e reis parecerem capazes de controlar a natureza. Para aumentar seu prestígio, eles construíram vários observatórios astronômicos, como o de Caracol, que também funcionava como um templo dedicado a Kukulcán, deus do vento.

Matemática e Astronomia

Desde o início da história maia, os sacerdotes procuravam entender os movimentos dos corpos celestes como uma forma de explicar os desígnios dos deuses. Por isso, os sacerdotes maias também eram matemáticos e astrônomos.

Os maias criaram um símbolo para representar o zero e o usaram em cálculos matemáticos muito precisos. Além disso, eles conheciam o movimento do Sol, da Lua e de Vênus e os eclipses solares e lunares.

Foi com base nesses conhecimentos que os maias conseguiram criar calendários tão precisos quanto os que existem hoje. Graças a eles, os sacerdotes indicavam a época propícia para o preparo do campo, a semeadura e a colheita.

Os maias utilizavam dois calendários simultâneos, um sagrado de 260 dias (astrológico) e outro não religioso de 365 dias (solar), como mostra o texto abaixo:

“Pela observação do céu, os maias estabeleceram um calendário solar de 365 dias e, mais espantoso, definiram o mês lunar, com apenas 23 segundos de diferença em relação aos cálculos mais modernos. [...]”

Mais importante para a vida cotidiana era o calendário astrológico, denominado Almanaque Sagrado, que se baseava em um ciclo de apenas 260 dias. Apesar de os estudiosos ainda não estarem de acordo quanto às bases desse ciclo mais curto, alguns arqueólogos astrônomos acreditam que ele se fundamentava no período da gestação humana. [...] Assim como se usa atualmente um horóscopo, o Almanaque Sagrado servia para prever os dias mais propícios para cada atividade humana.”

O declínio das cidades-Estado maias

Os maias construíram e mantiveram suas cidades até aproximadamente o ano 900, quando começaram a entrar em declínio. Algumas hipóteses procuram explicar esse processo: epidemias, guerras internas, invasões de outros povos etc.

Estudos recentes sugerem que o declínio da civilização maia poderia, também, estar relacionado a causas ambientais. O uso de técnicas agrícolas rudimentares teria levado ao esgotamento do solo, o que diminuiu a produtividade das lavouras e, consequentemente, a oferta de alimentos.

Outro estudo aponta uma prolongada estiagem como causa do declínio dessa civilização. Muitas cidades maias, como Tikal, foram planejadas para armazenar água da chuva para uma população de até 10 mil habitantes, por um período de dezoito meses.

O longo período de seca teria contribuído para diminuir a autoridade dos governantes das cidades-Estado, já que o controle dos reservatórios e o fornecimento de água para a população eram atribuições importantes desses líderes.

Os maias nos dias de hoje

O declínio das cidades-Estado, porém, não significou o fim dos maias, como muitos acreditam. Atualmente, mais de 6 milhões de indígenas de grupos linguísticos maias estão distribuídos por regiões do México, Belize, Honduras e, principalmente, Guatemala, onde vive a maior parte deles.

As etnias indígenas de origem maia mantiveram os mitos e tradições do seu passado pré-colombiano, renovando-os com crenças e práticas religiosas incorporadas do cristianismo. Entre as principais atividades econômicas dos grupos remanescentes maias estão o cultivo do milho e do feijão e a produção de artesanato.

Os astecas formam um grande império

Dizia uma lenda asteca que o deus Huitzilopochtli prometeu conduzir seu povo da região de Aztlán, ao norte do altiplano central mexicano, para um novo local mais ao sul. Segundo o sacerdote de Huitzilopochtli, esse local prometido seria revelado aos astecas por uma visão: a de “uma

água pousada em um cacto com uma serpente na boca”. Ali, os astecas deveriam erguer um templo e construir uma cidade.

Depois de anos de peregrinação, os mexicas (astecas) chegaram ao local indicado pelo sacerdote em 1325, uma ilha do Lago Texcoco, e ali construíram o núcleo inicial da futura cidade de Tenochtitlán. O que dizem os estudiosos é que os astecas chegaram à região do Lago Texcoco por volta do século XII, vindos do norte. Guerreiros e conquistadores, os mexicas (astecas) iniciaram a conquista de cidades e povos vizinhos, o que resultou na formação de um grande império (veja mapa).

A guerra era uma das atividades centrais dos astecas. Por meio dela, dominavam outras sociedades, obrigando-as a reconhecer sua autoridade política e militar e a pagar tributos. O domínio de outros povos permitiu transformar Tenochtitlán em uma grande e bela cidade. Estimase que, no começo do século XVI, Tenochtitlán tivesse aproximadamente 300 mil habitantes e que o império reunisse ao todo mais de 25 milhões de pessoas.

A Vida Cotidiana

A cidade de Tenochtitlán foi construída no meio de um lago salgado. Para conseguir viver no local, os astecas construíram diques e barragens que serviam para controlar o nível da água e evitar inundações. Eles também construíram aquedutos para conduzir a água potável das fontes ao interior da cidade ilhada e criaram terraços sobre a água dos lagos, que se chamavam chinampas. Nesses canteiros “flutuantes”, os astecas cultivavam flores e hortaliças.

A agricultura era a base da economia asteca. Cultivavam-se milho, feijão, pimenta, abóbora, cacau, algodão, tabaco, frutas e verduras.

Domesticavam perus, cachorros e patos. A caça, a pesca e a coleta também eram atividades importantes para a sobrevivência desse povo.

A sociedade asteca tinha uma ordem hierárquica, dirigida por uma oligarquia militar, aristocrática e sacerdotal. No centro desse grupo dirigente estava o soberano. Os membros do povo estavam reunidos em comunidades aldeãs, em uma condição social de agricultor-soldado. Eles pagavam tributos ao imperador e aos sacerdotes, entregando parte do que produziam na comunidade, lutando nas guerras ou prestando serviços na construção de diques, pirâmides e outras obras.

Os artesãos tinham grande prestígio na sociedade asteca. Eles trabalhavam tanto nas residências como nos templos e também em oficinas instaladas nos palácios do imperador e dos

altos funcionários do Estado. Peças em ouro e prata, cerâmica e pedras semipreciosas revelam o esmero do artesanato asteca. Os artesãos também confeccionavam roupas utilizando algodão tingido e produziam mosaicos de plumas, muito apreciados como ornamento.

Os astecas que viviam em Tenochtitlán habitavam diferentes tipos de moradia de acordo com sua posição social e o tipo de trabalho que desempenhavam. O principal material de construção utilizado nessas casas era o adobe, uma mistura de argila, lodo e palha que era seca ao sol. O adobe é um material muito resistente e bom isolante térmico e acústico.

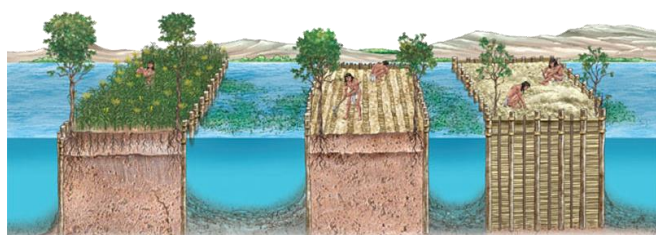


Ilustração atual que representa uma chinampa asteca. Essas pequenas ilhas artificiais eram construídas com lama, estacas e árvores.

A educação no império

Meninos e meninas recebiam uma educação diferenciada na sociedade asteca. Até os sete anos de idade, o menino aprendia a carregar água e madeira e acompanhava o pai ao mercado. Dos sete aos catorze anos, eles aprendiam a pescar e a dirigir os barcos. Aos quinze anos, os jovens podiam entrar para dois centros de ensino: o calmecac ou o telpochcalli.

O calmecac era uma espécie de templo dirigido por sacerdotes. A educação no calmecac, extremamente rigorosa, visava formar sacerdotes e altos funcionários do Estado. Já o telpochcalli, em geral, formava cidadãos para atuar no comércio, em postos menos elevados do Estado ou nas atividades militares. Nesses centros os alunos tinham muito mais liberdade que na escola sacerdotal.

A educação das meninas, por sua vez, cabia às mães. Até os seis anos de idade, a menina observava a mãe tecendo. Depois, começava a realizar as operações mais simples no tear. Entre os sete e os catorze anos, as meninas fiavam o algodão, varriam a casa e moíam o milho. Por fim, aprendiam a manejar plenamente o tear.

A Religião Asteca

Os astecas eram politeístas e construíram templos para os distintos deuses: Tlaloc, deus da chuva e do trovão; Quetzalcoatl, deus do vento, da escrita, do calendário e das artes; Chicomecoatl, deusa do milho e da fertilidade; e muitos outros. Às vezes eram templos grandiosos, em forma de pirâmides. Neles, os astecas realizavam cultos religiosos e sacrifícios humanos. Geralmente, as

vítimas oferecidas em sacrifício eram prisioneiros de guerra ou escravos.

Assim como ocorria com os maias, o Sol e a Lua ocupavam postos de destaque entre os deuses. Ao contrário dos maias, porém, os astecas acreditavam que o Sol e a Lua eram irmãos que viviam em eterno conflito. A batalha entre esses astros era vencida diariamente pelo Sol, que esmagava com furor a Lua e as estrelas para poder nascer.

O culto a Huitzilopochtli, não apenas deus Sol, mas também da guerra e dos guerreiros, contribuiu para o entendimento de uma das maiores características da sociedade asteca: a belicosidade. Para eles, a guerra era sagrada, pois garantia prisioneiros para servirem de oferenda aos deuses.

Os Andes Centrais

Quando os espanhóis chegaram à América do Sul, no início da década de 1530, os incas dominavam uma enorme porção do território. Seu império incluía dezenas de outros pequenos reinos, comandados por povos que, assim como eles, eram herdeiros de um modo de vida construído ao longo de pelo menos 5 mil anos de história.

Entre as características desses povos estavam as construções monumentais; a prática da agricultura intensiva e irrigada; a criação de lhamas e alpacas; as diferenciações sociais no interior de um mesmo grupo étnico; a existência de um Estado centrado na figura de um soberano, cercado de uma burocracia militar e sacerdotal; e o culto aos ancestrais. Veremos, a seguir, alguns exemplos de povos dos Andes Centrais.

Culturas da costa desértica do Peru

Você sabia que as construções mais antigas realizadas na região do atual Peru não foram feitas pelos incas? Os mais antigos centros políticos e cerimoniais dos Andes Centrais com edifícios monumentais em pedra foram construídos na costa desértica do centro e do norte do atual Peru. Nesses centros havia pirâmides, plataformas, praças e conjuntos residenciais habitados pelas elites dirigentes.

A antiguidade desses locais tem surpreendido os estudiosos, especialmente no caso de Caral, centro político urbano datado de aproximadamente 3000 a.C. Caral desafia as teorias explicativas que apresentam a agricultura como única fonte capaz de sustentar grandes ou médias concentrações populacionais. Isso ocorre porque a coleta de recursos marinhos, a caça e o intercâmbio de produtos com outras regiões dos Andes Centrais eram as principais atividades econômicas de Caral, e não a agricultura.

Os “Quatro Cantos do Mundo”

Acredita-se que os incas tenham chegado às terras férteis da região de Cuzco, sul do atual Peru, no final do século XIII. Influenciados pela cultura de outros povos que viviam nos Andes Centrais, os incas construíram um império, chamado de Tahuantinsuyu (que significa “Os Quatro Cantos do Mundo”), que teve grande expressão até a chegada dos espanhóis.

O Império Inca ocupava uma extensa área que compreendia territórios dos atuais Equador, Peru e Bolívia, ao norte, e do Chile e da Argentina, ao sul (reveja o mapa da página 143).

Dominação Política

Estima-se que os incas dominassem uma população de 7 milhões de pessoas, pertencentes a mais de 100 grupos étnicos distintos. Esses povos, submetidos ao Império Inca, pagavam taxas na forma de trabalho e tinham suas vidas rigidamente controladas pelos governantes. Muitas vezes, eram forçados a migrar para regiões determinadas pelos administradores do império. Essa organização visava garantir a defesa do território e equilibrar o abastecimento de toda a população, mesmo em época de escassas colheitas.

Nem por isso, quando tinham oportunidade, os povos dominados deixavam de oferecer resistência. Por essa razão, o governante mantinha um exército capaz de conter os possíveis levantes.

As famílias recebiam do governo uma porção de terra para plantar e compartilhavam com os demais habitantes do ayllu o cultivo das terras do império.

As terras incas eram unificadas por meio de uma rede de estradas talhadas nas encostas das montanhas, percorridas por caravanas de lhamas e pelos mensageiros do imperador. A construção das estradas era assegurada pela mita, sistema de distribuição de tarefas pelo qual os camponeses eram obrigados a prestar serviços ao Estado durante alguns dias do ano.

As Atividades Econômicas

A base econômica dos incas era a agricultura. Nas áreas desérticas, os incas continuaram a empregar as mesmas técnicas de irrigação utilizadas pelos primeiros povos daquela região. Nas encostas das montanhas, eles construíam terraços em curva de nível (em forma de degraus), onde cultivavam milho, feijão, batata, algodão, tomate, pimenta, abacaxi e outros produtos, usando como adubo o guano.

Os incas também domesticavam lhamas e alpacas, dos quais obtinham carne, leite e lã e, como você estudou, eram usados como meio de transporte na acidentada geografia dos Andes. O

artesanato era bastante desenvolvido, com destaque para a tecelagem, a metalurgia e a produção de objetos de cerâmica.



Vista de terraço inca em Pisac, no Vale Sagrado. Peru, 2013. Em algumas comunidades no Peru, os terraços incas ainda são utilizados para a agricultura.

A composição das elites incaicas

O Sapa Inca era a mais alta autoridade do império, visto como representante sagrado do Sol. Ele cercava-se de funcionários administrativos recrutados, na maioria das vezes, entre jovens das famílias nobres. Os integrantes das elites tinham sua orelha perfurada para exibir uma grande argola, um dos símbolos de sua posição.

Quando o Sapa Inca morria, suas mulheres e servos eram sacrificados e seus corpos eram depositados, junto ao dele, no Templo do Sol. O sucessor do imperador não era necessariamente um dos seus filhos, já que a hereditariedade não era levada em consideração no processo de escolha do Sapa Inca.



Vista das ruínas de Machu Picchu, Peru, foto de 2013.

A cidade de Machu Picchu

Machu Picchu foi uma das poucas cidades incas que sobreviveram à conquista espanhola, provavelmente por não ter sido descoberta pelos europeus na época colonial. A cidade foi construída no topo de uma montanha no Vale do Rio Urubamba, a cerca de 2.400 metros de altitude.

Abandonada por seus habitantes em época incerta, a cidade ficou coberta pela vegetação, apesar de os habitantes da região de Cuzco saberem de sua existência. Machu Picchu conquistou fama ao ser encontrada pela expedição do arqueólogo norte-americano Hiram Bingham, em 1911. Antes se acreditava que a cidade tivesse sido um local de cultos realizados pelas Virgens do Sol, pois os restos mortais encontrados ali eram de mulheres e crianças. Porém, recentes análises descartaram essa hipótese, revelando que muitos desses restos mortais eram de homens.

O corpo conservado pela eternidade

Você sabia que os incas mumificavam seus mortos, especialmente os imperadores e membros das elites? Acredita-se que essa prática era adotada porque, nas crenças religiosas incas, a morte iniciava uma espécie de viagem para um mundo paralelo, que só era concluída com a desintegração total do corpo. Durante essa viagem, era preciso proteger o corpo do frio e do calor.

As múmias andinas analisadas pelos estudiosos revelaram o uso de dois métodos de mumificação: o artificial e o natural. O primeiro, em alguns pontos semelhante ao dos antigos egípcios, era feito com a retirada das vísceras do cadáver ou com a defumação do corpo. Depois disso, o corpo era preenchido com plantas e ervas e tratado com óleos e resinas.

O segundo método, natural, consistia em deixar ou enterrar o corpo em um ambiente frio e seco, como o das montanhas dos Andes, local onde foram encontradas várias múmias de culturas pré-incaicas. Múmias naturais do povo chapapoya, por exemplo, foram descobertas em covas escavadas em locais altos e de difícil acesso, o que, para muitos estudiosos, indica que os corpos foram enterrados naquele ambiente para serem conservados pela natureza.

Capítulo 6

As Grandes Navegações e os Portugueses na América

O auge da centralização monárquica

Você se lembra que, a partir do século XII, várias regiões da Europa tinham iniciado o processo de formação dos Estados modernos? Essa mudança estava relacionada a um conjunto de transformações sociais, econômicas e culturais que ocorriam no período, como o revigoramento do comércio e das cidades, o questionamento do poder da Igreja, a difusão das ideias humanistas e o fortalecimento da autoridade do rei.

A partir do século XV, os monarcas europeus trataram de consolidar seu poder e criar mecanismos que possibilitassem exercê-lo sobre vastas regiões. Para isso, criaram impostos e moedas de circulação nacional e constituíram uma burocracia de funcionários administrativos encarregados de fazer valer as decisões do soberano em todo o reino. Além disso, os reis formaram exércitos permanentes e profissionais, subordinados à autoridade da Coroa.

O fortalecimento do poder real atingiu seu ponto culminante nos séculos XVI e XVII, com o regime absolutista. O absolutismo significou a grande concentração do poder político nas mãos dos reis, numa época em que o comércio se expandia e a burguesia acumulava riqueza. Um fator que também contribuiu para fortalecer os reis foi a Reforma Protestante. A divisão do cristianismo enfraqueceu o poder do papa, que deixou de ser aceito como autoridade universal. Nos países católicos, a Igreja colocou-se sob a autoridade dos reis.

Teóricos do Absolutismo

Na Europa Ocidental, o poder absoluto dos reis contrariava uma longa tradição de poderes locais, exercidos pelos senhores em cada feudo. Por isso, para vencer a resistência dos grupos sociais mais fortes (nobreza e burguesia), era preciso legitimar o poder dos reis, justificá-lo pela razão e pela fé. Essa tarefa ficou a cargo de intelectuais importantes, como Thomas Hobbes e Jacques Bossuet.

✓ **Thomas Hobbes** (1588-1679) – Filósofo inglês, Hobbes defendia a ideia de que a natureza humana era, desde sempre, má e egoísta. Em sua principal obra, *Leviatã*, Hobbes afirma que só um Estado forte seria capaz de limitar a liberdade individual, impedindo a “guerra de todos contra todos”. Em resumo, o indivíduo deveria dar plenos poderes ao Estado, renunciando à sua liberdade a fim de proteger a própria vida. Hobbes defendia o poder absoluto do Estado, mas não necessariamente do rei. Para ele, a autoridade

poderia ser representada por um monarca ou por uma assembleia, desde que o poder fosse exercido sem contestação por parte dos súditos.

✓ **Jacques Bossuet (1627-1704)** – Bispo e teólogo francês, Bossuet foi um dos mais importantes intelectuais da corte de Luís XIV, o mais absolutista dos reis da França. Em seu livro *Política tirada da Sagrada Escritura*, Bossuet desenvolveu a doutrina do direito divino dos reis, segundo a qual o poder do soberano expressava a vontade de Deus. Sendo o poder monárquico sagrado, qualquer rebelião contra ele era criminosa. Para Bossuet, a autoridade do rei tinha origem divina sendo, portanto, incontestável e ilimitada.

É possível perceber uma diferença no pensamento dos dois teóricos. Enquanto Hobbes defendia o absolutismo com base na razão, no argumento de que era necessário garantir a segurança dos indivíduos, o bispo Bossuet fundamentava sua defesa no direito divino dos reis, ou seja, na religião.



Charge de Mauro Souza que satiriza o absolutismo monárquico, 2014.

Como manter o luxo da corte?

Observe a pintura abaixo, que mostra um baile na corte de Veneza. Veja como as pessoas estão bem vestidas, repletas de adornos e requinte. Manter um luxo como esse, assim como sustentar os funcionários que cuidavam da administração do reino e equipar as tropas que protegiam o território, exigia muito dinheiro.

Como era possível sustentar tudo isso? A solução encontrada por muitas monarquias para enriquecer o reino foi adotar um conjunto de práticas que recebeu o nome de mercantilismo. Conheça as principais medidas.

✓ **Metalismo** – A riqueza de um reino era medida pela quantidade de metais nobres que ele possuía. Por essa razão, muitos governos evitavam a saída de ouro e prata dos cofres do Estado.

✓ **Balança Comercial Favorável** – Os governos criavam medidas protecionistas, como a cobrança de altos impostos, para encarecer os produtos importados e reduzir sua entrada no reino.

Reduzindo as importações, saíam menos metais preciosos do país e a balança comercial ficaria positiva.

✓ **Estímulo às manufaturas locais** – Uma maneira de os governos diminuírem as importações era aumentar a produção de bens manufaturados, como tecidos e ferramentas. Esses produtos abasteciam o mercado interno e podiam ser exportados, rendendo mais moedas para a Coroa.

Além disso, o interesse por riquezas e produtos de alto valor no mercado europeu, como especiarias e metais preciosos, estimularam os governos a organizar expedições para explorar os mares e conquistar colônias na África, na Ásia e na América. Portugal foi pioneiro nessa empreitada, como você estudará a seguir.



Baile em Veneza em honra dos visitantes estrangeiros, pintura de autoria desconhecida, c. 1580. Museu Nacional do Palácio de Versalhes, França.

Que fatores contribuíram para o pioneirismo português e espanhol nas grandes navegações?

Mares nunca antes navegados

Hoje, se perguntarmos para você onde fica a China, o Peru e a África do Sul, você saberia responder e localizar esses países facilmente em um mapa-múndi, não é mesmo? Mas você sabia que esse conhecimento geográfico nem sempre existiu? Que ele foi fruto de longos anos de estudos e de grandes viagens exploratórias?

Até o século XIV, os europeus tinham um conhecimento geográfico muito reduzido: eles conheciam, basicamente, a Europa e as proximidades do Mediterrâneo, como o norte da África e algumas partes da Ásia. Além disso, existia um grande medo do desconhecido. Antigas histórias contando que o Oceano Atlântico abrigava monstros marinhos e as terras distantes eram habitadas por seres assustadores apavoravam os europeus.

Portugal conquista os mares

Como você estudou, a centralização monárquica de Portugal se iniciou no século XII, no contexto das guerras de Reconquista contra os muçulmanos. Nos séculos seguintes, a pesca, a

agricultura e a produção artesanal tiveram forte incremento em Portugal com o desenvolvimento do comércio, especialmente o marítimo.

Devido à posição geográfica do reino, os portos de Lisboa e da cidade do Porto, por exemplo, tornaram-se importantes centros comerciais. Essas atividades propiciaram o aperfeiçoamento das técnicas de navegação e renderam altos lucros aos comerciantes e à Coroa portuguesa. Por isso, desde cedo as frotas mercantes receberam especial atenção do governo português.

No século XIV, o comércio marítimo ganhou impulso após a Revolução de Avis (1383-1385), quando D. João, conhecido como o mestre de Avis, foi proclamado rei de Portugal. Aliando-se à burguesia mercantil, ele decidiu expandir o território português a fim de conquistar novas áreas de comércio e consolidar o seu reinado.

Dessa forma, em 1415, Portugal partiu para a conquista de Ceuta, cidade no norte da África sob domínio muçulmano. Mas por que Ceuta teria sido escolhida? Além da guerra contra os muçulmanos, inspirada no movimento cruzadista, os portugueses também tinham um grande interesse econômico na região. A cidade era um importante entreposto comercial, que recebia mercadorias da África, da Índia e da Pérsia. Era, ainda, um local estratégico para controlar as rotas comerciais do Mediterrâneo, que ainda estavam monopolizadas por mercadores italianos e flamengos.

Após conquistar Ceuta, os portugueses continuaram a contornar o litoral africano e a explorar o Oceano Atlântico. Em algumas regiões, instalaram entrepostos comerciais e iniciaram a colonização dessas terras. Em 1419, por exemplo, ocuparam a Ilha da Madeira e, em 1427, os Açores.

Navegando em direção às Índias

Os portugueses também iniciaram a exploração de novas rotas em direção às Índias, onde eles poderiam adquirir especiarias e outros artigos orientais, a preços mais baixos, e depois revendê-las na Europa, obtendo altos lucros. Essas viagens intensificaram-se a partir de 1453, quando a cidade de Constantinopla foi tomada pelos turcos otomanos, que passaram a controlar as rotas que ligavam o Mediterrâneo ao Oriente.

Os portugueses chegam ao Brasil

Com a intenção de fixar entrepostos comerciais em Calicute, garantir o comércio de especiarias com o Oriente e expandir o cristianismo, a Coroa portuguesa organizou uma expedição comandada por Pedro Álvares Cabral. A armada partiu de Lisboa em 9 de março de 1500. Entretanto, quando atingiu o noroeste da África, a frota desviou de sua rota original e acabou ancorando no sul do atual

estado da Bahia, no dia 22 de abril. As terras foram chamadas de Ilha de Vera Cruz e, mais tarde, Terra de Santa Cruz.

Alguns historiadores acreditam que o desvio não foi um acidente, mas uma decisão, pois Cabral também estaria à procura de novas terras descritas por outros navegadores. Seja como for, a Coroa teve pouco interesse em investir na ocupação do Brasil. Além de não ter achado metais preciosos na terra, a Coroa estava mais interessada nos lucros do comércio com o Oriente.



Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500, pintura de Oscar Pereira da Silva, 1922. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo.



As Viagens Marítimas Espanholas

Apenas após a centralização do Estado espanhol, concretizada com o casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, em 1476, e a expulsão definitiva dos árabes muçulmanos da Península Ibérica, em 1492, a Espanha teve condições de lançar-se ao projeto ultramarino.

As viagens espanholas se iniciaram em 1492, quando a Coroa decidiu financiar a expedição comandada pelo navegante genovês Cristóvão Colombo rumo ao Oriente. Inspirado pelo espírito renascentista, Colombo não era apenas um aventureiro ambicioso, mas também um estudioso das navegações. Ele acreditava que a Terra era redonda e afirmava ser possível alcançar as Índias navegando em direção ao oeste.

Com esse pensamento, em outubro de 1492, Colombo chegou à ilha de Guanaani, no Caribe, que ele batizou de San Salvador (provavelmente é a atual Bahamas). Em seguida, alcançou Cuba e São Domingos (atuais Haiti e República Dominicana).

Pensando estar nas índias, Cristóvão Colombo chamou seus habitantes de índios.

Colombo fez ainda outras três viagens à América, explorando novas terras centro-americanas. Como as riquezas tão cobiçadas pelos espanhóis não foram encontradas nessas primeiras viagens, ele tornou-se alvo de críticas e intrigas na corte.

Colombo morreu em 1506, acreditando que tinha chegado às Índias. Foi o navegador florentino Américo Vespúcio, após realizar três viagens à América, que apresentou a hipótese de que as terras encontradas estavam separadas da Ásia, ou seja, que formavam outro continente.

O Tratado de Tordesilhas

As expedições espanholas passaram a rivalizar com as portuguesas, levando as duas coroas a reivindicar a posse das terras ultramarinas encontradas. Para resolver o problema, Portugal e Espanha recorreram ao papa Alexandre VI que, em 1493, apresentou a Bula Intercoetera. Pelo acordo, os espanhóis ficariam com as terras encontradas por Colombo e reconheciam a soberania portuguesa sobre as Ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde. O rei português D. João II, porém, não concordou com a divisão.

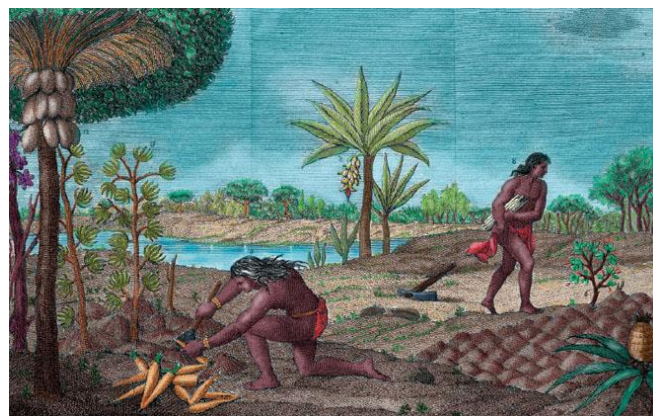
Para evitar o conflito, representantes de Portugal e Espanha, a convite do papa, reuniram-se na cidade espanhola de Tordesilhas e chegaram a um acordo em julho de 1494. Por meio do Tratado de Tordesilhas, como ficou conhecido, estabeleceu-se uma linha imaginária que passaria 370 léguas (2.500 quilômetros) a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras descobertas ou por descobrir situadas a oeste dessa linha ficavam com a Espanha e as localizadas a leste pertenciam a Portugal.

A vida em alto-mar

Você já imaginou como seria a vida em alto-mar? Longe de familiares e amigos e do conforto da nossa casa? Imagine isso nos séculos XV e XVI! Agora você irá conhecer alguns dos principais perigos e dificuldades enfrentados pelos navegadores em suas viagens pelo Atlântico.

Os relatos de viagem são as principais fontes disponíveis para o estudo dessa grande aventura humana pelos mares. Como esses relatos eram produzidos por capitães, cronistas ou escrivães oficiais, como foi o caso de Pero Vaz de Caminha, escrivão da expedição de Cabral, pouco se sabe sobre o cotidiano dos trabalhadores durante as viagens. Sendo em geral pessoas pobres e analfabetas, poucas tiveram seus nomes registrados nos diários de bordo. Mas, sem o trabalho desses sujeitos anônimos, talvez Cabral, Colombo ou Vasco da Gama não estivessem hoje nos livros de história.

Como viviam os povos que habitavam o Brasil quando chegaram os primeiros portugueses?



Gravura de 1780 que representa indígenas Yanomami cultivando mandioca e árvores frutíferas na Bacia do Rio Amazonas.

Os povos de Pindorama

Os portugueses não foram os primeiros habitantes das terras que viriam a ser chamadas de Brasil. Quando aqui chegaram, encontraram povos com cultura, costumes, organização social e línguas totalmente diferentes do que conheciam na Europa, na África e no Oriente. Calcula-se que, em 1500, entre 3 e 5 milhões de nativos habitassem o território brasileiro, distribuídos em mais de mil povos que falavam aproximadamente 1.300 línguas.

Cada um desses grupos possuía seus rituais, crenças, mitos, línguas, formas de trabalho e organização social. Segundo a classificação feita por estudiosos, as línguas mais faladas pelos indígenas do Brasil podem ser agrupadas em quatro troncos linguísticos: Tupi, Macro-jê, Aruaque e Caráíba. Por estarem distribuídos ao longo da costa brasileira, os povos Tupi foram os que mais contato tiveram com os portugueses. Por isso, as descrições feitas pelos europeus a respeito dos primeiros habitantes do Brasil se referem principalmente à vida dos Tupi. Vamos conhecer alguns aspectos desses povos?

Os Tupi chamavam o Brasil de Pindorama, que na sua língua significa “terra das palmeiras”. Em geral, andavam nus, com pinturas pelo corpo e adornos feitos de penas. Praticavam a agricultura de subsistência, cultivando mandioca, milho, inhame, abóbora, batata-doce, entre outros produtos. Coletavam frutos, caçavam e pescavam. Com troncos de árvores, ossos, fibras vegetais, barro e madeira confeccionavam diferentes artigos, como canoas, arcos e flechas, redes, cestos, vasos e urnas funerárias.

Descobrimento

Muitos historiadores questionam o uso do termo “descobrimento” para tratar da chegada dos portugueses ao Brasil ou dos europeus à América. Eles argumentam que essa expressão apresenta a ideia de que a América estava encoberta e que os europeus teriam tirado essa cobertura que a

tampava. Implica dizer que as diversas populações que ali viviam só passaram a ter existência após a chegada dos europeus. Pelo contrário, para esses estudiosos, a América não era “terra de ninguém”, mas habitada por cerca de 50 milhões de pessoas à época da chegada dos europeus ao continente.

A vida em aldeias

Os Tupi e a maior parte dos povos indígenas que habitavam o Brasil na época da chegada dos portugueses viviam em aldeias. As moradias podiam estar organizadas em um círculo ou em fileiras. Porém, em algumas aldeias, havia apenas uma grande casa comum.

As aldeias estabeleciam entre si laços de solidariedade. Entretanto, havia guerras constantes entre grupos ou tribos diferentes. Muitas vezes, os conflitos eram motivados quando um povo queria afirmar sua superioridade sobre outro.

Além disso, os indígenas não tinham um Estado organizado. Entre os Tupi, por exemplo, não existia um poder centralizado, exercido por um rei ou alguém com poder para dar aos demais. Reunidos numa espécie de conselho, os líderes, chamados principais, decidiam em conjunto o destino da aldeia. Os primeiros a serem ouvidos eram os membros mais corajosos.



Costumes da família

Muitas sociedades indígenas eram matrilineares, o que significa que a criança, ao nascer, recebia um nome que a ligava à família de sua mãe. Em outros casos, o parentesco podia ser estabelecido a partir do pai (patrilinear).

Os casamentos, em geral, aconteciam entre membros de uma mesma tribo e, em certos grupos, os guerreiros tinham direito a ter mais de uma esposa. Outro costume bem marcado em muitos

povos foi o ritual do couvade, que consistia no resguardo do pai após o nascimento da criança. Nesse período, pela norma do grupo, o pai não poderia trabalhar e deveria se alimentar de forma moderada. Essa prática demonstrava a importância do papel paterno no desenvolvimento da criança. Durante um ano e meio, mães e filhos não se separavam.

A guerra e o ritual antropofágico

A guerra era um valor central da cultura Tupi, servindo, principalmente, para vingar parentes mortos pelo inimigo. Associado à guerra estava o ritual da antropofagia. Nesse grande evento realizado na aldeia, o inimigo capturado no conflito era morto e devorado em uma festa ritual.

Primeiro, o prisioneiro era levado à aldeia, onde podia integrar-se à rotina do lugar. Ele devia ser bem tratado e alimentado por uma mulher, que lhe era cedida como companheira temporária. Chegado o grande dia, os Tupi realizavam danças e cantos rituais, além de um grande banquete. Só então o inimigo era morto. Seus membros eram cortados, cozidos e divididos entre os membros da aldeia.

Ser devorado em um ritual antropofágico era um destino digno na vida de um guerreiro. Isso porque, para os Tupi, os mortos em guerra iam para uma espécie de Paraíso, onde estavam os seus ancestrais. Aqueles que comiam a carne do inimigo, por sua vez, acreditavam que, assim, incorporariam a força, a coragem e o espírito do valente guerreiro.



Ataque Tupiniquim a uma aldeia Tupinambá, gravura colorizada de Theodore de Bry, de 1562. Arquivo Histórico da Marinha Francesa, Vincennes, França. A cerca foi desenhada dessa forma para mostrar como seria o interior da aldeia.

O contato com o “outro”

Imagine que seus novos vizinhos, que vieram de um país onde os costumes são muito diferentes dos seus, o convidaram para um jantar. Ao conhecê-los, você estranhou a decoração da casa e achou a comida muito esquisita.

Quando os indígenas viram as caravelas de Cabral aportando no Brasil, eles provavelmente

sentiram esse tipo de estranhamento. O que eles teriam pensado ao ver homens barbados, vestidos e vindos do mar em uma embarcação muito diferente das canoas que eles conheciam?

Do lado dos portugueses o espanto foi grande. Eles surpreenderam-se com a fauna e a flora locais e com a aparência dos indígenas. Veja, por exemplo, como o escrivão português Pero Vaz de Caminha relatou o primeiro encontro entre indígenas e portugueses:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes [...]. Andam nus [...]. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. [...]

[Os indígenas] Entraram [na caravela]. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao capitão [...]. Porém um deles pôs olho no colar [de ouro] do capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. [...] Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, [...] mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançaram fora.”

Carta de Pero Vaz de Caminha a el rei D. Manuel [1o de maio de 1500]

À medida que foram conhecendo os costumes nativos, os portugueses ficaram ainda mais espantados, especialmente com os rituais de antropofagia. Com sua visão eurocêntrica, não aceitaram as diferenças culturais entre europeus e indígenas e classificaram os nativos como seres inferiores e selvagens, sem cultura, leis e religião, que deviam ser “civilizados”.

O valioso pau-brasil

Você estudou que os exploradores portugueses não encontraram ouro ou pedras preciosas em suas primeiras incursões à América. Por essa razão, a Coroa procurou garantir seus domínios no Oriente, principalmente as lucrativas rotas de comércio nas Índias.

No entanto, nessas primeiras expedições, os portugueses encontraram uma árvore nativa da qual se extraía uma tinta vermelha, muito cobiçada na Europa para tingir tecidos e pintar manuscritos. Era o pau-brasil, o primeiro produto a despertar o interesse comercial dos portugueses em terras brasileiras. Alcançando até 30 metros de altura, a árvore de pau-brasil crescia na Mata Atlântica, especialmente no litoral sul da Bahia. Por sua madeira ser muito dura e resistente, foi também muito utilizada nas obras de construção civil e naval.

A Coroa portuguesa logo declarou o monopólio real sobre a exploração do produto, ou seja, somente com autorização régia os interessados

podiam extrair e comercializar a madeira. Os portugueses que adquiriam o direito de explorá-la deviam pagar tributos à Coroa.

Na floresta, a madeira era explorada no regime de escambo. Por meio dele, os indígenas cortavam a madeira e a carregavam até os navios em troca de peças de tecido, contas coloridas, canivetes, facas, espelhos, entre outros itens.

A intensa exploração de pau-brasil devastou a espécie. Hoje a árvore está restrita a poucas áreas de preservação no litoral de alguns estados brasileiros e se encontra tão ameaçada quanto outras espécies da Mata Atlântica.

A colonização de fato

Como a extração de pau-brasil não exigia a fixação dos portugueses no território, não houve, inicialmente, a criação de povoados. Os portugueses se limitaram a construir feitorias, uma espécie de posto que funcionava como armazém, local de abastecimento dos navios e fortaleza destinada a proteger o território. Porém, a presença constante de forasteiros de outros países, principalmente franceses, interessados em explorar o pau-brasil, começou a preocupar a Coroa portuguesa. As expedições guarda-costas enviadas pelo rei para combater os franceses não deram resultado. Para agravar a situação, os portugueses perderam o monopólio do comércio de especiarias no Oriente para holandeses e espanhóis.

Diante desse quadro, a Coroa portuguesa, a partir de 1530, precisou tomar medidas para não perder sua colônia americana. Como não havia encontrado ouro na nova terra, decidiu estimular a fixação de portugueses explorando uma atividade econômica que gerasse lucros e ao mesmo tempo garantisse a defesa da colônia. A solução foi a agricultura.

O produto escolhido foi o açúcar da cana. Primeiro, porque os portugueses já cultivavam a cana nas Ilhas da Madeira e Cabo Verde, tendo os conhecimentos técnicos necessários para a produção de açúcar. Segundo, porque o açúcar era muito valorizado pelas elites europeias. E, por último, porque o litoral nordestino do Brasil oferecia as condições necessárias para o cultivo da cana: clima quente e úmido e a presença de solo massapê.

Para o plantio da cana, no entanto, era preciso fixar os portugueses no território. Assim, a fim de criar núcleos de povoamento na região, em 1531 a Coroa enviou uma expedição à América, comandada por Martim Afonso de Souza. Em 1532, Martim Afonso fundou São Vicente, a primeira vila portuguesa em terras americanas, onde introduziu o cultivo de cana. Iniciava-se, assim, a efetiva colonização da América portuguesa.



Fundação de São Vicente, pintura de Benedito Calixto, 1900. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo.

As Capitanias Hereditárias e o Governo-Geral

No início da colonização, o governo português não tinha recursos financeiros nem pessoal suficiente para assumir diretamente a colonização do Brasil. A solução foi transferir essa tarefa a particulares. Para isso, o rei D. João III introduziu no Brasil o sistema de capitanias hereditárias, modelo já adotado nas ilhas portuguesas do Atlântico. O território foi dividido em quinze faixas de terra, a partir do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. As capitanias foram doadas a membros da pequena nobreza e militares de alta patente que tinham recursos para assumir os custos da colonização.

As capitanias podiam ser herdadas pelos filhos dos capitães donatários, mas não podiam ser vendidas, já que elas pertenciam à Coroa portuguesa. A carta de foral estabelecia os direitos e os deveres dos donatários. Veja o esquema acima.

O sistema de capitanias, porém, fracassou na tarefa de estimular a colonização. Os altos custos do empreendimento, o isolamento das capitanias, as doenças tropicais e as relações hostis com grupos indígenas, entre outras dificuldades, impediram que a maior parte delas fosse para a frente. Somente duas prosperaram: Pernambuco, chefiada por Duarte Coelho, e São Vicente, do donatário Martim Afonso.

Com o insucesso do sistema de capitanias, em 1548 a Coroa criou o governo-geral, um centro político para administrar toda a América portuguesa, com sede em Salvador, na Bahia de Todos-os-Santos. O governador-geral tinha a responsabilidade de garantir a defesa da colônia, especialmente contra os franceses e indígenas rebeldes.

O primeiro governador-geral foi Tomé de Sousa, que chegou ao Brasil em 1549 e governou até 1553. Junto com ele vieram funcionários reais, trabalhadores e os primeiros jesuítas, encarregados de construir colégios e catequizar os nativos e os filhos dos colonos.

As Câmaras Municipais

Enquanto a administração de toda a América portuguesa ficava sob a responsabilidade do

governo-geral, a administração das vilas e cidades era incumbência das Câmaras Municipais. Somente os homens-bons, isto é, grandes proprietários de terra e escravos, que eram portugueses ou seus descendentes, podiam ser eleitos para os cargos dessas instituições.

As Câmaras Municipais eram responsáveis por organizar o cotidiano das vilas e cidades. Elas providenciavam a construção de obras públicas, zelavam pela limpeza das ruas, cobravam impostos, controlavam e registravam as categorias profissionais, fixavam os pesos e as medidas, recebiam pedidos e reclamações da população e as enviavam diretamente ao rei, entre outras atribuições. Como na época o Estado português e a Igreja estavam unidos, as Câmaras também organizavam as festas religiosas.

Capítulo 7

O Nordeste Colonial

O principal negócio na colônia

Você costuma adoçar seus alimentos e suas bebidas? Alguma vez já se perguntou por quais processos passa o açúcar até chegar à mesa de milhões de brasileiros? A seguir veremos como começou a produção açucareira no Brasil, hoje o maior produtor do mundo.

Durante os dois primeiros séculos de colonização, muitas atividades econômicas foram praticadas na América portuguesa. Porém, foi o açúcar que se tornou o produto mais lucrativo para a Coroa e para os comerciantes portugueses.

A opção pelo açúcar tinha várias explicações. Portugal já tinha experiência com a produção açucareira em suas ilhas do Oceano Atlântico. Contava, ainda, com banqueiros e grupos comerciais europeus que podiam financiar o início do cultivo e, depois, comercializar o produto na Europa. Além disso, havia na colônia americana solo e clima adequados ao cultivo.

Na faixa litorânea do Nordeste, a produção de açúcar apresentou os melhores resultados, especialmente em Pernambuco e na Bahia. As duas capitanias foram favorecidas pela maior proximidade da metrópole, pela disponibilidade de terras aráveis e pela existência de rios navegáveis, que facilitavam o transporte do açúcar.

A empresa açucareira, no entanto, não se sustentava sozinha. Outras atividades, como a produção de alimentos, a criação de gado bovino e vários serviços artesanais, desenvolveram-se para atender às suas necessidades.



Detalhe da obra Engenho, de Frans Post, c. 1668. A pintura representa o engenho, complexo produtor de açúcar, com a moenda em primeiro plano. Ao fundo se destaca a casa-grande, onde morava o senhor do engenho e sua família.

A organização da produção açucareira

Quando as capitanias hereditárias foram introduzidas no Brasil, a Coroa incumbiu os donatários de distribuir aos colonos sesmarias, lotes de terra que deveriam ser explorados economicamente. As sesmarias ocupavam grandes áreas, chamadas latifúndios. Quando o detentor da

sesmaria não tinha condições de explorá-la totalmente, ele podia ceder a alguém o direito de uso da terra, ou de parte dela, recebendo em troca uma parte da produção ou uma quantia em dinheiro. Esse regime ficou conhecido como arrendamento.

Poucos fazendeiros contavam com recursos próprios para montar uma plantação de cana e arcar com os custos de instalação do equipamento utilizado na fabricação de açúcar. Por isso, a atividade açucareira esteve, desde o início, associada a financistas europeus, principalmente flamengos e holandeses. Eles emprestavam dinheiro para os investimentos necessários ao funcionamento da empresa açucareira, como aquisição e manutenção de maquinário, compra de escravos e aumento da área de cultivo.

Engenho: o complexo do açúcar

A produção açucareira ocorria nos engenhos. O engenho era composto pela lavoura canavieira, pelas instalações onde a cana era transformada em açúcar e pelas moradias de proprietários e trabalhadores. Grande parte dos engenhos também contava com uma capela, onde se realizavam missas, casamentos e festividades previstas no calendário da Igreja.

A produção do açúcar se realizava em várias etapas. Após a colheita, a cana era levada até as moendas, onde era moída em cilindros de madeira para extrair o caldo. A moagem podia ser feita com o uso da força da água ou por tração animal.

Sob a supervisão do mestre de açúcar, o caldo era cozido até virar melaço. Este era depositado em fôrmas de barro para purgar. Depois, o produto era exposto ao sol por até vinte dias, pesado, empacotado e enviado para a Europa.

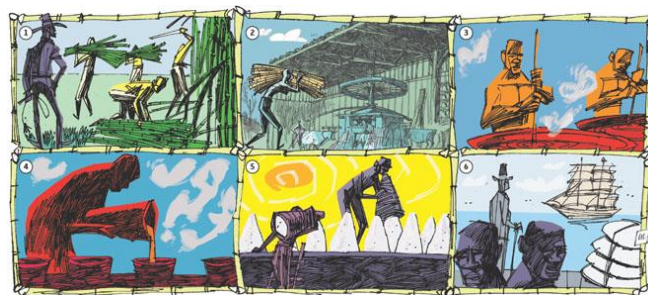


Ilustração atual das etapas de produção do açúcar no engenho colonial, 2014.

A sociedade do engenho

O engenho, além de ser o coração da produção açucareira, era espaço de convívio social e trocas culturais, de escravidão e resistência, de trabalho e festividades. O engenho colonial, reunindo senhores, escravos, lavradores de cana, sacerdotes e diferentes tipos de trabalhadores livres, deu forma, em grande parte, à sociedade da América

portuguesa. E o Brasil de hoje, em muitos aspectos, é herdeiro dessa sociedade.

Conheça agora os principais grupos sociais do engenho e suas tarefas na economia açucareira.

Os senhores de engenho

Os proprietários do engenho eram chamados de senhores de engenho. Eram detentores de grandes riquezas, terras e escravos e representavam o poder máximo no engenho. Em seu dia a dia, ocupavam-se com a administração da propriedade, com o comércio de açúcar, de rebanhos e de escravos e com o pagamento dos trabalhadores livres.

É equivocado imaginar que os senhores de engenho viviam como os aristocratas da Europa medieval, com pouco ou nenhum contato com o mundo urbano. Muitos engenhos da Bahia e de Pernambuco, por exemplo, ficavam próximos às cidades portuárias, como Salvador e Olinda, havendo contato constante entre o campo e a cidade. Vários senhores de engenho tinham residência nas cidades, além de negócios, cargos públicos e uma vida social.

Os lavradores de cana

A instalação de um engenho exigia um elevado investimento, que nem todo produtor tinha condições de assumir. Os produtores de cana que não possuíam engenho eram chamados lavradores de cana. Eles se dividiam basicamente em duas categorias: os lavradores proprietários e os arrendatários.

Os lavradores proprietários cultivavam a cana em suas próprias terras e a moíam em determinado engenho, de acordo com as condições acertadas com o dono do engenho. Os arrendatários plantavam cana nas terras de um proprietário, sendo obrigados, na maior parte das vezes, a moer a cana no engenho desse mesmo proprietário. Por usar a terra e as instalações do engenho, o arrendatário entregava ao proprietário metade ou a terça parte do açúcar produzido.

O grupo social dos lavradores de cana teve muita importância na sociedade açucareira, tanto que, no século XVII, havia em média cinco lavradores de cana para cada engenho na colônia. Entre os lavradores de cana era possível encontrar desde indivíduos humildes, que possuíam dois ou três escravos e enfrentavam sérias dificuldades, até produtores prósperos, donos de vinte a trinta escravos e ligados, muitas vezes, ao comércio açucareiro e à política.

Trabalhadores Especializados

Em todas as etapas da produção do açúcar, havia a presença maciça de escravos. Mas também

havia o trabalho de homens livres que realizavam diversas tarefas especializadas:

✓ **Feitor** – o feitor do engenho escolhia as terras para o plantio, o tipo de cana utilizado na lavoura e determinava os momentos adequados para o cultivo e a colheita. O feitor da moenda recebia os feixes de cana e controlava a produção do caldo. Acima deles estava o feitor-mor, que controlava o trabalho dos escravos e garantia o bom estado dos equipamentos.

✓ **Mestre de açúcar** – garantia a qualidade do produto final. Ele definia o momento em que o melaço estava pronto para ser retirado do fogo e levado a purga.

✓ **Outros trabalhadores** – o purgador administrava o processo de clareamento do açúcar, enquanto o caixeiro retirava a parte dos impostos que cabia à Coroa.

Esses trabalhadores conheciam procedimentos indispensáveis à produção do açúcar e recebiam um pagamento pelas tarefas que executavam.

Os Escravos

Os escravos de origem africana realizavam a maior parte das atividades nos engenhos. Além de participar da produção de açúcar, trabalhavam como marceneiros, barqueiros, ferreiros e pedreiros. As escravas, além do trabalho no engenho, realizavam uma série de atividades domésticas para os senhores de engenho.

A vida do escravo de origem africana caracterizou-se, sobretudo, pela violência. A retirada forçada da terra natal, os trabalhos pesados e insalubres, a alimentação precária, os castigos físicos e a desagregação das famílias foram traços marcantes da escravidão africana na América portuguesa.

A casa-grande

A casa-grande era a residência dos senhores de engenho, o centro administrativo e religioso da propriedade. As primeiras construções, com paredes de barro e teto de sapé ou folhas de palmeira, tornaram-se depois mais sólidas, com alicerces em pedra e telhados de barro.

As casas podiam ser térreas, embora as assobradadas (com mais de um andar) fossem mais apreciadas. Essas residências contavam com muitos cômodos. Até o século XVIII, embora fossem espaçosas, raramente eram luxuosas; em geral tinham poucos móveis e objetos decorativos.

Atenção especial era dada ao oratório doméstico ou à capela, onde ficavam as imagens de santos de devoção da família. Em alguns engenhos, a capela ocupava um prédio próprio, porém era mais comum ela ser integrada à casa-grande.



Vista da casa-grande do Engenho Gurjaú de Cima, em Pernambuco, foto de 2011.
O Engenho Gurjaú de Cima é um dos engenhos mais antigos de Pernambuco.
Situado no município de Moreno, foi construído no século XVI e ainda conserva sua casa-grande.

A Senzala

Os escravos habitavam a senzala, que podia ser construída pelo senhor ou pelos próprios cativos. As construções erguidas pelo senhor eram geralmente grandes pavilhões térreos, retangulares, divididos em cubículos destinados a casais ou indivíduos solteiros. Já as moradias construídas pelos escravos eram bastante precárias e destinadas a abrigar uma família.

As refeições dos escravos eram porções reguladas à base de farinha de mandioca e alguns poucos pedaços de carne-seca ou peixe.

Recebiam, uma vez por ano, duas camisas e saias ou calças, motivo pelo qual andavam muitas vezes em farrapos. Era frequente haver nas fazendas teares domésticos para a fabricação desses tecidos, tarefa geralmente executada por escravas.

Os afrodescendentes no Brasil

O uso da mão de obra escrava africana gerou marcas profundas na história de alguns países americanos, entre eles o Brasil. Em mais de três séculos de tráfico negreiro, cerca de 11 milhões de africanos foram trazidos para as Américas, sendo que, desse total, aproximadamente 4 milhões desembarcaram no Brasil.

Os europeus criaram várias justificativas teológicas para legitimar a escravidão e rebaixar a condição humana dos povos africanos. Em geral, essas explicações associavam os negros a personagens bíblicos castigados por Deus. Uma delas, por exemplo, afirmava que a negritude dos africanos era uma marca divina do pecado cometido por Caim, que assassinou seu irmão Abel tomado pela inveja. Outra explicação associava os negros aos descendentes de Cam, filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por zombar de sua nudez. A escravidão seria, assim, o sofrimento necessário

para os africanos expiarem seus pecados, ou seja, para se purificarem.

A escravidão africana e as ideias criadas pelos colonizadores para justificá-la criaram raízes no Brasil. Mesmo com o fim da escravidão, em 1888, essa visão ocidental cristã sobreviveu no país em diferentes manifestações de preconceito e mecanismos de exclusão social. Porém, notamos recentemente a presença maior de negros em cargos dos poderes executivo, judiciário e legislativo, em profissões liberais (médicos, advogados etc.) e em papéis de destaque em filmes e novelas, apontando para uma mudança positiva no nosso país. É uma mudança lenta, mas visível.

Talvez a mudança mais importante tenha sido a valorização da negritude, a afirmação da identidade afrodescendente. Essa afirmação pode ser notada, por exemplo, no número de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas no Censo 2010, do IBGE, e em letras de várias canções, como nestes versos da música do rapper Kleber Cavalcante Gomes, conhecido como Criolo:

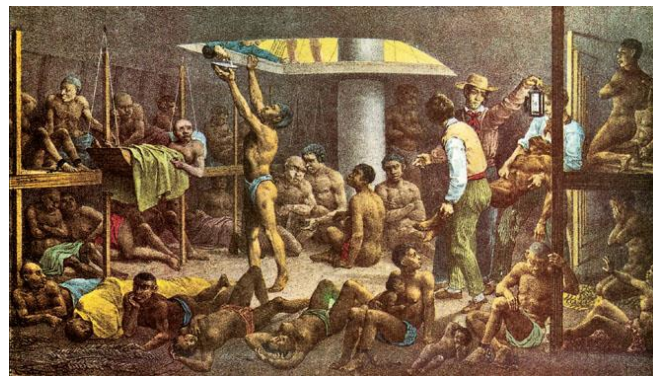
“Eu tenho orgulho da minha cor

Do meu cabelo e do meu nariz.

Sou assim e sou feliz.

Índio, caboclo, cafuzo, crioulo! Sou brasileiro!”

CRIOLO. Sucrilhos. In: CRIOLO. Nó na orelha. São Paulo: Oloko Records, 2011. 1 CD. Faixa 8



Navio negreiro, gravura colorizada de Johann Moritz Rugendas, 1835. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo.

A escravidão e o tráfico negreiro

A escravidão é um regime de exploração de trabalho que foi praticado em diversas sociedades desde a Antiguidade. O indivíduo escravizado, por ser propriedade do senhor, podia ser utilizado na agricultura, nas minas, nos serviços domésticos, além de ser trocado, vendido ou alugado.

Nos reinos africanos, a escravidão era uma prática comum, mas a venda de escravos não era a atividade econômica central. Em geral, os cativos eram prisioneiros de guerra, pessoas que cometiam crimes ou não conseguiam pagar suas dívidas. Muitos escravos trabalhavam com os filhos do senhor, frequentavam a sua casa e podiam, com o

tempo, adquirir direito a herança e propriedade. Outros se tornavam conselheiros e administradores de confiança.

A venda de escravos passou a ser uma atividade comercial lucrativa e intercontinental a partir do século XV, com a chegada dos europeus à África. Em troca de produtos como armas, fumo e pólvora, os chefes africanos forneciam seus cativos para os traficantes europeus, que os traziam, nos navios negreiros, para a América. Dessa forma, os líderes nativos não só permitiram como contribuíram para que o tráfico transatlântico se transformasse em um dos negócios mais rentáveis da época moderna.

A travessia dos negros escravizados para a América podia durar até quarenta dias. As embarcações viajavam superlotadas, com cerca de 350 pessoas a bordo. Por falta de higiene, ventilação, água e comida, muitos adoeciam. Cerca de 20% dos cativos não resistiam à travessia e morriam antes de chegar ao Brasil.

A convivência entre senhores e escravos

O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-grande & senzala*, defendeu uma tese até hoje muito discutida a respeito da relação entre senhores e escravos no engenho colonial. Segundo ele, apesar da violência, a escravidão no Brasil teria sido marcada mais pela integração do que pelo conflito.

Exemplos que comprovariam essa integração teriam sido, segundo Freyre, as brincadeiras compartilhadas entre crianças negras e filhos de senhores no cotidiano do engenho, o aleitamento de crianças brancas pelas amas de leite negras e o forte intercâmbio cultural entre africanos e portugueses na colônia. Outro exemplo seria o grande número de mestiços na nossa sociedade, demonstrando que, no Brasil, teria havido uma relação de proximidade e de trocas culturais que inexistiu em outras regiões da América.

Pesquisadores que refutam a tese de Gilberto Freyre não negam a existência do intercâmbio cultural entre negros e brancos, mas afirmam que isso não apaga o traço mais importante da escravidão no Brasil: a exploração e a dominação. Segundo eles, o grande número de mestiços, por exemplo, é uma evidência do controle que os senhores exerciam sobre as escravas, pois os filhos eram gerados em relações paralelas, não eram reconhecidos pelo pai e cresciam como cativos. Além disso, embora matar ou castigar demasiadamente um escravo fosse proibido pela legislação colonial, esse tipo de prática foi comum. Nos raros casos de denúncia de que se tem notícia, a maior parte dos senhores foi absolvida.

A violência da escravidão, portanto, explica por que as taxas de mortalidade de africanos no Brasil eram elevadas. Por esse motivo, o tráfico negreiro era uma atividade fundamental na reposição da mão de obra.

Escravidão e resistência

Os castigos físicos faziam parte do cotidiano dos escravos no Brasil. Eles eram aplicados para punir os escravos desobedientes e para servir de exemplo aos demais. Os principais instrumentos de tortura eram chicotes, algemas, correntes e palmatórias. Para fugir dos castigos, muitos escravos obedeciam às regras impostas por senhores e feitores.

Grande parte dos escravos, porém, resistiu à escravidão. Alguns utilizaram métodos pacíficos, por exemplo, evitando ter filhos ou entrando em um estado de profunda tristeza e apatia, chamado *banzo*, que muitas vezes os levava à morte. Outros reagiram de forma violenta, por exemplo, assassinando feitores, capitães do mato e familiares do senhor.

A principal forma de resistência, no entanto, era a fuga para cidades distantes, matas ou comunidades de escravos fugidos, chamadas de quilombos. Porém, fugir dos domínios do senhor era uma empreitada difícil. Assim que a ausência de um cativo era notada, logo os capitães do mato saíam para capturá-lo e devolvê-lo ao seu proprietário.



Negros ao tronco, aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1826. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

Uma nova identidade cultural

Os africanos escravizados também manifestaram sua resistência à escravidão procurando preservar sua identidade e os laços culturais que os uniam à terra natal. Nesse aspecto, as senzalas e os quilombos atuaram como pontes culturais ligando a África e o Brasil e espaços de convívio social, trocas e criação de novas identidades.

Embora vindos de diferentes regiões da África e falando muitas vezes línguas distintas, os africanos puderam, nesses espaços, praticar o culto aos ancestrais, relembrar costumes e cerimônias religiosas e criar uma cultura que tinha muito do que veio da África, mas também muito do que encontraram na América.

Até mesmo o ambiente das casas-grandes foi transformado pelas palavras e pela musicalidade das línguas bantas, pela culinária à base de leite de coco, pimenta e azeite de dendê e pelos trajes e adereços associados aos orixás das crenças iorubás.

Religiosidade e resistência

Até o século XVIII, as religiões de origem africana eram frequentemente chamadas de calundu, termo de origem banta que designava todo tipo de ritual religioso envolvendo danças coletivas e músicas, acompanhadas por atabaques, invocação de espíritos, adivinhações, magias e possessão.

As religiões africanas eram vistas pelos católicos como feitiçaria. Assim, para evitar a perseguição da Igreja, os africanos passaram a associar suas entidades religiosas a santos católicos, criando um sincretismo religioso, que preservava ao menos em parte, as suas tradições.

Muitos antropólogos condenam o uso do termo “sincretismo” por considerá-lo sinônimo de submissão do colonizado à cultura do colonizador. Para alguns pesquisadores, no entanto, o sincretismo é um elemento essencial de todas as religiões, no passado e no presente. Ele se manifesta na religiosidade popular, nas procissões, nas celebrações dos santos, nos conhecimentos que os escravos trouxeram da África e que seus descendentes adaptaram no Brasil.

A parceria entre Portugal e Holanda

Você sabia que os holandeses dominaram parte do Nordeste brasileiro durante quase trinta anos? Eles fundaram cidades, e algumas marcas da sua presença na região podem ser vistas ainda hoje. O que teria levado os holandeses a invadirem o Nordeste brasileiro? Por que eles não permaneceram no local por mais tempo? Para compreender essa história, vamos começar por relembrar a parceria entre Portugal e Holanda na empresa açucareira.

Para construir um engenho, era preciso investir muito dinheiro. Como a maioria dos portugueses não tinha condições de custear o empreendimento, a Holanda passou a garantir todas as etapas da empresa açucareira, desde o financiamento até o fornecimento de equipamentos. Em troca, os holandeses tinham o direito de comercializar o açúcar. Eles atracavam nos portos das colônias portuguesas para comprar e revender o produto,

além de transportá-lo, refiná-lo e distribuí-lo na Europa.

As boas relações entre portugueses e holandeses começaram a ser abaladas quando uma crise sucessória em Portugal levou o rei espanhol Filipe II a assumir também o trono português. O fato, ocorrido em 1580, marcou o início da chamada União Ibérica, que duraria até 1640.

Espanha e Holanda: domínio e guerra

O reino de Filipe II abrangia os Países Baixos (Holanda e Bélgica). Algumas províncias dessa região, descontentes com o domínio católico e com a cobrança de pesados tributos, lutavam para se tornar independentes da Espanha. A situação se complicou ainda mais quando Filipe II proibiu o comércio da Holanda com as colônias portuguesas.

Prejudicados por essa decisão, que afetava diretamente a parceria comercial com o reino português, os holandeses invadiram e conquistaram importantes domínios ultramarinos espanhóis, em especial aqueles destinados ao tráfico negreiro na África e à produção de açúcar no Nordeste brasileiro.



Explosão do navio-almirante espanhol, pintura de Cornelis Claesz van Wieringen, c. 1622. Museu Nacional, Amsterdã. A obra representa um episódio das guerras entre Holanda e Espanha no século XVII.

Da Bahia a Pernambuco

A invasão holandesa no Nordeste foi promovida pela Companhia das Índias Ocidentais, que detinha o monopólio do comércio na América e na África. O primeiro grande ataque ocorreu em 1624, na Bahia, com o objetivo de tomar a cidade de Salvador, sede da administração ibérica na colônia.

Em um primeiro momento, o ataque foi bem-sucedido. Porém, a resistência organizada após a invasão impediu que os holandeses consolidassem seu domínio, obrigando os invasores a abandonar a cidade no ano seguinte.

A derrota em Salvador revelou a necessidade de encontrar, na rica região do açúcar, uma área menos protegida, mas de igual importância econômica. A escolha recaiu sobre a capitania de Pernambuco.

Em 1630, os holandeses atacaram o litoral pernambucano e, depois de vários enfrentamentos com tropas portuguesas e proprietários locais, apoderaram-se da região em 1635. A sede do governo holandês, estabelecida primeiramente em Olinda, logo foi transferida para Recife.

O domínio holandês na América portuguesa

Depois da conquista de Pernambuco, novos ataques possibilitaram aos holandeses estender seus domínios de Alagoas até o Rio Grande do Norte. No início, os senhores de engenho se opuseram aos estrangeiros, pois temiam perder suas propriedades. Entretanto, eles aceitaram o governo holandês ao perceber que seu maior interesse era o comércio do açúcar.

A cidade de Recife, sede da administração holandesa, ganhou ares de cidade europeia. Ruas foram calçadas, praças, pontes e edifícios foram construídos. Comitativas de intelectuais, cientistas e artistas foram trazidas ao Nordeste holandês para catalogar, estudar e pintar a natureza e os grupos humanos do Brasil e torná-los conhecidos na Europa. Entre os pintores, destacaram-se: Zacharias Wagener, com suas aquarelas de animais brasileiros; Albert Eckhout, famoso por suas pinturas de modelos vivos; e Frans Post, com suas pinturas de paisagens. Os mapas do cartógrafo George Marcgraf eram tão precisos que se temia que a divulgação de seu trabalho despertasse a cobiça sobre o território.

Os holandeses promoveram uma série de mudanças na vida colonial do Nordeste açucareiro, com a introdução de novos costumes e uma política de tolerância religiosa e cultural. Missionários calvinistas holandeses, por exemplo, fizeram um intenso trabalho de conversão de indígenas à Igreja Reformada.

Maurício de Nassau, principal autoridade holandesa no Nordeste entre 1637 e 1644, fez alianças e concedeu empréstimos aos fazendeiros, a fim de retomar rapidamente a produção de açúcar prejudicada pela guerra.

Com a aclamação de D. João IV, Portugal recuperou sua independência em 1640, em um movimento conhecido como Restauração, que pôs fim à União Ibérica. Contudo, o reino português havia perdido territórios e se encontrava endividado, o que impedia a reconquista imediata de feitorias e colônias tomadas por outros europeus. Por esse motivo, os holandeses permaneceram no Nordeste até 1654.



O Domínio Holandês no Nordeste do Brasil

Tensões entre holandeses e colonos

A saída de Maurício de Nassau do governo holandês no Nordeste, em 1644, pôs fim à boa convivência que tinha sido estabelecida entre holandeses e colonos no Nordeste açucareiro.

Os novos administradores, preocupados com a contínua queda do preço do açúcar no mercado europeu, tentaram recuperar os enormes gastos feitos por Nassau e aumentar os lucros da companhia holandesa. Pressionaram, então, os fazendeiros a pagar os empréstimos concedidos sob a ameaça de confiscar suas terras ou a produção de açúcar. Tal situação deflagrou uma nova guerra entre colonos e holandeses.

As guerras de expulsão

Portugal tinha grande interesse em recuperar o controle da rica região açucareira do Nordeste. A precária situação financeira e militar do reino lusitano, contudo, não lhe permitiu ajudar os colonos a expulsar os holandeses. A saída para os colonos foi formar milícias em várias partes do Nordeste.

Os combates para expulsar os holandeses ficaram conhecidos como Insurreição Pernambucana. Eles começaram em 1645 e estenderam-se por nove anos. As duas batalhas dos Guararapes, em 1648 e em 1649, foram decisivas para restaurar gradualmente o domínio português.

Em 1654, os holandeses assinaram a Capitulação da Campina da Taborda e se retiraram definitivamente do território nordestino. A paz, no entanto, só foi assinada em 1661.

As guerras de expulsão

Portugal tinha grande interesse em recuperar o controle da rica região açucareira do Nordeste. A precária situação financeira e militar do reino lusitano, contudo, não lhe permitiu ajudar os colonos a expulsar os holandeses. A saída para os colonos foi formar milícias em várias partes do Nordeste.

Os combates para expulsar os holandeses ficaram conhecidos como Insurreição Pernambucana. Eles começaram em 1645 e estenderam-se por nove anos. As duas batalhas dos Guararapes, em 1648 e em 1649, foram decisivas para restaurar gradualmente o domínio português.

Em 1654, os holandeses assinaram a Capitulação da Campina da Taborda e se retiraram definitivamente do território nordestino. A paz, no entanto, só foi assinada em 1661.

As guerras de expulsão

Portugal tinha grande interesse em recuperar o controle da rica região açucareira do Nordeste. A precária situação financeira e militar do reino lusitano, contudo, não lhe permitiu ajudar os colonos a expulsar os holandeses. A saída para os colonos foi formar milícias em várias partes do Nordeste.

Os combates para expulsar os holandeses ficaram conhecidos como Insurreição Pernambucana. Eles começaram em 1645 e estenderam-se por nove anos. As duas batalhas dos Guararapes, em 1648 e em 1649, foram decisivas para restaurar gradualmente o domínio português.

Em 1654, os holandeses assinaram a Capitulação da Campina da Taborda e se retiraram definitivamente do território nordestino. A paz, no entanto, só foi assinada em 1661.



Batalha dos Guararapes, pintura de Victor Meirelles, 1875-1879. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Outras atividades econômicas

A produção de cana-de-açúcar, em grandes propriedades e destinada à exportação, foi a base da colonização portuguesa no Brasil nos séculos XVI e XVII. Isso não significa, contudo, que outras atividades não tenham tido importância.

Vejamos agora como a produção de açúcar coexistiu com outras atividades, algumas voltadas ao abastecimento dos moradores da colônia, outras também destinadas ao exterior.

A criação de gado

Nas fazendas produtoras de açúcar, os animais eram utilizados de diversas maneiras. Os animais de tração eram empregados para puxar carros, transportar cargas, conduzir pessoas e acionar moendas e moinhos. Dos animais também se obtinham o couro, a carne, o leite e a carne-seca (carne bovina salgada e exposta ao sol).

Com o passar do tempo, porém, deixou de ser vantajoso destinar uma grande área para pasto, pois era mais lucrativo plantar cana. Além disso, havia o constante perigo de os animais invadirem propriedades próximas e destruírem plantações.

Desse modo, ao longo do século XVII, a pecuária tornou-se uma atividade complementar praticada em áreas mais afastadas do litoral. Ao avançar pelo interior, a pecuária contribuiu para expandir o território. As terras que hoje pertencem ao estado do Piauí tornaram-se as mais importantes do Nordeste, responsáveis pelo abastecimento dos principais centros urbanos do litoral nordestino.

Fumo e algodão

Planta nativa da América, o fumo só se tornou conhecido na Europa a partir do século XVI. A principal área produtora de fumo ficava na Bahia, próximo aos currais, onde a criação de gado gerava o esterco necessário para adubar as lavouras. A produção de fumo destinava-se aos mercados europeus. O fumo também era usado na África como moeda de troca na aquisição de escravos.

O algodão também é um produto nativo da América e já era utilizado pelos indígenas antes da chegada dos europeus. Até o século XVIII, o algodão era um produto de pouca importância para a economia colonial, usado principalmente para confeccionar redes para dormir e tecidos rústicos para os escravos e a população mais pobre. Apenas por volta de 1760, o algodão passou a ser exportado para a Europa regularmente. O principal centro produtor era a capitania do Maranhão, seguida pela Bahia e pelo Rio de Janeiro.

A produção de alimentos

O plantio de gêneros alimentícios era feito principalmente por pequenos lavradores. A maior parte dos produtos de subsistência tinha origem na cultura indígena, como a mandioca, principal alimento cultivado na colônia, e o milho. Mas produtos originários de outros continentes, como o arroz, a banana e a laranja também eram muito consumidos pelos colonos.

As drogas do sertão

O extenso litoral da América portuguesa permitiu que franceses, ingleses e holandeses instalassem feitorias e fortificações na região, sobretudo na Ilha de Marajó e no que é hoje o Amapá. Lá, os invasores conseguiam mobilizar a mão de obra indígena por meio do escambo.

Para combater as invasões, os portugueses destruíram as instalações estrangeiras, ergueram fortificações e fundaram vilas. A ocupação do território foi facilitada pela ação da Igreja Católica, que organizou diversos aldeamentos, e pela exploração das drogas do sertão, isto é, especiarias da região amazônica, como cacau, urucum, anil, baunilha, pimenta, castanha-do-pará e cravo. Esses produtos, destinados à alimentação e à produção de remédios, eram muito valorizados na Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII.

A mão de obra indígena na Amazônia

A força de trabalho indígena foi utilizada tanto na coleta das drogas do sertão quanto na construção de fortalezas, vilas e cidades da região amazônica. O profundo conhecimento dos indígenas da floresta, dos seus recursos e dos caminhos foi um fator importante para a escolha do nativo como mão de obra por parte dos colonizadores.

A captura e a escravização de indígenas no norte da América portuguesa foram uma prática comum até o século XVIII. Como a exploração das drogas do sertão não garantia os mesmos lucros que a agroindústria exportadora do Nordeste açucareiro, os colonos do norte optaram pela escravidão do indígena, mais barata que a africana. Outro fator que encareceu o escravo africano foi a conquista holandesa de possessões portuguesas na África que forneciam escravos, durante a União Ibérica.

Dessa maneira, a exploração da mão de obra indígena foi fundamental para a expansão portuguesa na Amazônia.

Capítulo 8

Espanhóis e Ingleses na América

Os espanhóis ocupam a América



A conquista do Caribe

A chegada dos espanhóis à região do Caribe, em 12 de outubro de 1492, marca um dos eventos mais conhecidos da história: a chamada “descoberta” da América pelo navegante Cristóvão Colombo. Com seus marinheiros, Colombo não chegou a um lugar desabitado ou onde as populações estivessem esperando para serem descobertas. A região do Caribe, assim como o extenso território americano, era habitada por diversas populações indígenas que tinham seus próprios modos de vida, crenças, costumes e conhecimentos.

A chegada dos europeus à América está relacionada à busca dos países ibéricos por rotas alternativas que levassem ao Oriente, em razão do grande interesse em obter as valiosas especiarias diretamente na fonte produtora, as Índias. No entanto, a partir do momento em que os conquistadores tomaram conhecimento da existência de grandes jazidas minerais na América, o continente se transformou no alvo principal da política mercantilista espanhola. E, na exploração das minas da América hispânica, os indígenas se transformaram nas “mãos e nos pés” da Coroa espanhola.

No início, as alianças

Os povos tainos, população predominante em várias ilhas do Caribe, estabeleceram, inicialmente, alianças com os espanhóis. Entretanto, é importante ressaltar que o fato de os indígenas terem feito acordos com os europeus não significa que eles fossem dóceis, inocentes e hospitaleiros, como tradicionalmente se imagina. Essas populações foram movidas por interesses próprios, avaliavam o contexto em que viviam e faziam

escolhas buscando satisfazer suas necessidades ou pretensões políticas.

No caso dos tainos, a aliança com os espanhóis provavelmente esteve relacionada ao contexto de expansão dos povos caraíbas ou caribes, indígenas inimigos que estavam ampliando seus domínios e ameaçando a soberania taina sobre seu próprio território. Dessa forma, a aliança com os espanhóis poderia significar o apoio de um povo poderoso na luta contra os inimigos caraíbas.

No fim, o extermínio

A aliança dos tainos com os espanhóis, porém, teve curta duração. Com a convivência, eles perceberam que os interesses dos europeus iam além de contatos comerciais e tinham por objetivo a dominação de territórios na América. As relações iniciais, baseadas na troca de produtos, como ouro, pérolas, esmeraldas e madeira, foram se transformando em relações mais impositivas, na adoção de diferentes formas de trabalho compulsório.

Somados à exploração do trabalho, os surtos de doenças como sarampo, varíola e gripe, trazidas pelos colonizadores e contra as quais os indígenas não possuíam imunidade, desencadearam um processo brutal de declínio demográfico nativo na região, chegando, em algumas ilhas, a desaparecer. A população das Antilhas, que seria de pelo menos 200 mil habitantes no começo do século XVI, cerca de meio século depois não passava de 15 mil pessoas.

A destruição do Império Asteca

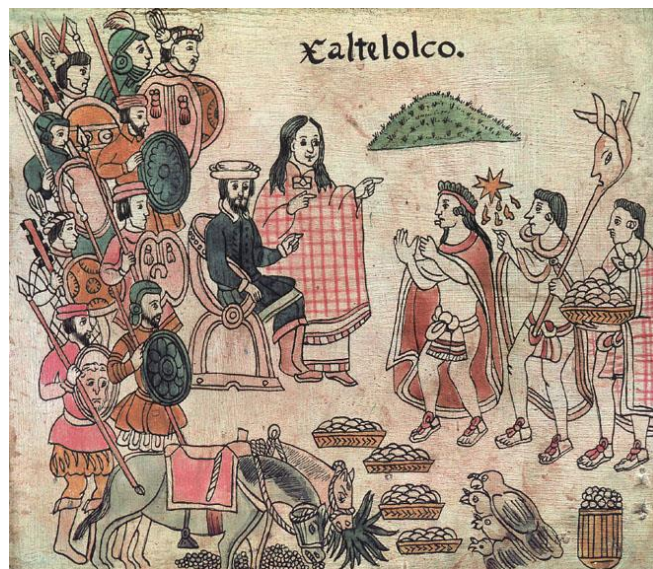
Ainda nas ilhas do Caribe, os espanhóis ouviram falar de sociedades muito ricas que habitavam a parte continental da América. As notícias que eles receberam se referiam à existência de um Estado imperial estabelecido no planalto central do México: o Império Mexica ou Asteca. Esse império era formado por uma rede de alianças que envolvia três capitais políticas: as cidades de Texcoco, de Tlacopan e de Tenochtitlán, a capital asteca. Esses centros urbanos formavam uma tríplice aliança que impunha domínio político e tributário sobre centenas de grupos étnico-territoriais, denominados altepetl.

A dominação que as três cidades impunham aos demais povos gerava uma situação de descontentamento e um sentimento de revolta. Essa divisão entre os grupos indígenas foi notada e habilmente manipulada pelos espanhóis.

O conquistador espanhol Hernán Cortés e seus homens partiram de Cuba em direção à capital asteca em fevereiro de 1519. Já no continente, Cortés conheceu Malinche, a jovem indígena que lhe

serviria de intérprete, e selou aliança com o povo de Tlaxcala, inimigo mortal dos astecas.

Em novembro, os espanhóis chegaram a Tenochtitlán e foram recebidos pacificamente por Montezuma, o imperador mexica. Não se sabe ao certo como a guerra entre espanhóis e astecas começou, mas o primeiro conflito de que se tem notícia ocorreu em maio de 1520, quando os espanhóis invadiram um templo, em Tenochtitlán, e mataram dezenas de indígenas.



O conquistador espanhol Hernán Cortés, sua intérprete Malinche e astecas. Ilustração do Códice Tlaxcala, cópia de 1632. Museu Histórico Nacional, Cidade do México.

A tomada de Tenochtitlán

Derrotados na primeira tentativa de tomar a capital asteca, os espanhóis se refugiaram em Tlaxcala, onde instalaram a base de suas operações. A queda definitiva de Tenochtitlán só ocorreu em agosto de 1521, após meses de cerco, combates e derrotas de ambos os lados. O sistema de alianças que os espanhóis selaram durante o conflito foi decisivo para o desfecho, tanto que, ao terminar a guerra, enquanto os espanhóis tinham o apoio de cerca de cinquenta altepetl, os mexicas tinham apenas três.

Como podemos perceber, a tomada da capital asteca não se tratou da vitória dos espanhóis sobre os indígenas, mas da vitória de diversos grupos étnicos que, aliados aos espanhóis, derrotaram um inimigo em comum: os astecas. Os povos nativos coligados aos espanhóis não podiam imaginar que a queda dos mexicas era apenas o primeiro grande ato de uma história de destruição que arrastaria depois suas cidades, formas de organização social e política, crenças e milhões de vidas. Outra dominação, colonialista e impiedosa, se iniciava no México.

A destruição do Império Inca

Os domínios do Império Inca se espalhavam por regiões dos atuais Peru, Equador, Bolívia,

Argentina e Chile. Reunindo diferentes grupos indígenas, o império mantinha-se, principalmente, por meio de acordos com lideranças étnicas e da cobrança de impostos.

A configuração de estados com características imperiais gerou conflitos pelo trono. Foi o que aconteceu na sucessão de Huayna Capac. Seus filhos, Atahualpa e Huascar, disputavam violentamente o poder quando os espanhóis chegaram à região, em 1532.

Os europeus, sob o comando de Francisco Pizarro, aproveitaram-se da situação. Além de assassinar Huascar, culparam Atahualpa pela morte do irmão e o condenaram à morte, não sem antes cobrar uma quantia exorbitante em ouro e prata como resgate: o equivalente a meio século de produção desses metais!

Com o apoio de povos indígenas rebelados contra a dominação inca, os espanhóis tomaram a cidade de Cuzco (capital inca) e de Quito. Em 1535, Pizarro fundou a cidade de Lima, futura capital dos domínios espanhóis nos Andes Centrais.

A resistência indígena

Muitos povos indígenas resistiram à dominação espanhola durante décadas. Na região de Vilcabamba, ao lado de Cuzco, o líder incaico Manco Capac e seus seguidores organizaram sucessivos movimentos de resistência ao domínio espanhol até 1572.

A última luta de resistência indígena ao domínio espanhol foi dirigida pelo líder inca de Vilcabamba Tupac Amaru. Ele reuniu cerca de 40 mil indígenas para combater a cobrança de tributos, pagos na forma de trabalho nas minas de prata, imposta pelos espanhóis. Capturado pelo inimigo, o líder inca foi decapitado na praça central de Cuzco, diante de uma multidão de indígenas, para servir de exemplo à população.

Outro importante movimento de resistência surgiu em Huamanga e espalhou-se pela região norte do Peru: o TaquiONGO, ou a “enfermidade da dança”. Entre 1564 e 1567, mais de 8 mil indígenas chamanes repudiaram o domínio espanhol e tudo que fosse de origem europeia.

O movimento consistia em rechaçar todas as ideias, objetos e crenças trazidos pelos espanhóis. Assim, acreditavam que era preciso dançar constantemente para que os huacas, divindades andinas, despertassem e vencessem o deus cristão, restabelecendo a ordem anterior. O movimento, porém, foi violentamente reprimido, até mesmo com a participação de missionários, e os principais líderes foram punidos com chicotadas.

Mais ao sul, no Chile, os índios araucanos (também conhecidos como mapuches)

encabeçaram uma longa resistência aos espanhóis. Em sua luta contra os conquistadores, os araucanos aperfeiçoaram suas armas e inseriram uma prática espanhola: a utilização de cavalos.

A resistência araucana ao domínio espanhol teve seu momento de maior explosão entre 1550 e 1696; depois disso, os enfrentamentos foram esporádicos, predominando entre eles acordos comerciais e negociações de fronteira.



O jovem Lautaro, pintura de Pedro Subercaseaux, século XIX, representando Lautaro (1534-1557), importante líder da resistência araucana.

A colonização espanhola na América

Os primeiros órgãos da administração colonial

Antes mesmo de iniciar a exploração da parte continental da América e de tomar conhecimento das grandes riquezas minerais existentes no território, a Coroa espanhola criou o primeiro órgão encarregado de administrar, da Espanha, as colônias americanas.

✓ **A Casa de Contratação** – Criado em 1503, o órgão regulamentava a administração colonial, nomeava os funcionários e fiscalizava a cobrança do quinto, imposto da Coroa que recaía sobre a mineração e as transações comerciais da colônia. Também se encarregava de garantir o monopólio do comércio colonial, fiscalizando os navios que partiam das colônias e chegavam ao reino espanhol.

✓ **O Conselho das Índias** – Criado em 1524, após a queda do Império Asteca, era o órgão encarregado de tomar as decisões relativas às colônias. Suas reuniões podiam ser encabeçadas pelo próprio rei, que indicava pessoas de sua mais alta confiança para os principais cargos do conselho.

A criação desses órgãos visava transferir para o Estado e para as elites políticas e econômicas da Espanha os lucros com a colonização na América.

A criação dos vice-reinos

Consumada a queda dos principais impérios indígenas pré-colombianos, a Coroa espanhola começou, de imediato, a organizar a presença direta de seus representantes na administração colonial, visando consolidar a conquista e garantir a exploração econômica dos territórios.

Para alcançar esses objetivos, a América espanhola foi dividida em vice-reinos. O Vice-Reino

da Nova Espanha foi o primeiro a ser organizado, em 1535, seguido pelo Vice-Reino do Peru, em 1543. Os vice-reis eram membros da nobreza ou da burguesia espanhola. Na América eles representavam o rei e, portanto, eram as mais altas autoridades coloniais. Os vice-reis cuidavam dos assuntos administrativos, militares e religiosos. Eles ainda presidiam as audiências, nas quais exerciam o papel de autoridade judicial.

Outro órgão muito importante era o **cabildo**. Espécie de conselho municipal, os **cabildos** tratavam de vários assuntos, como segurança, abastecimento e uso dos espaços públicos.

As principais atividades econômicas

O objetivo principal de todo regime colonial é a exploração das populações e regiões colonizadas para a obtenção de riquezas, que são canalizadas tanto para o governo do país que está promovendo e apoiando a empresa colonizadora quanto para suas elites econômicas.

Entre todas as atividades econômicas desenvolvidas nas colônias americanas, certamente a que gerou mais lucros e tributos à Coroa espanhola foi a mineração da prata, a partir de 1540. A atividade mineradora impulsionou outros empreendimentos, como a extração de carvão e a criação de mulas que serviam como transporte. A produção de tabaco, cana-de-açúcar, anil e algodão, por sua vez, visava abastecer o mercado europeu.

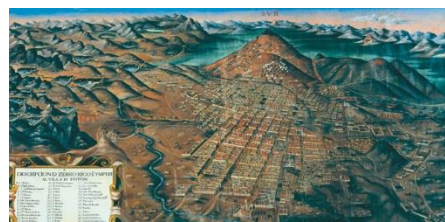
A pecuária e a produção de gêneros alimentícios também tiveram papel fundamental na economia interna de toda a parte continental da América espanhola. Entre os principais alimentos cultivados estavam o milho e a batata.

O comércio internacional de produtos de luxo, como a seda, foi outra atividade bastante lucrativa. O comércio da seda, trazida das Filipinas através do Pacífico, chegou a ser tão volumoso e estava tão fora do controle tributário do governo espanhol, que foi proibido a partir de 1631. O negócio enriqueceu muitos membros das elites comerciais e mostrou uma face da economia colonial ainda pouco conhecida: o comércio interno e a prática do contrabando.

A produção de açúcar foi outra atividade rentável nas colônias espanholas. O primeiro centro importante de cultivo de cana foram as terras da Nova Espanha (México), envolvendo, desde o início, homens de muito dinheiro, com recursos para investir em sistemas de irrigação e na instalação dos equipamentos do engenho.

O principal centro produtor de açúcar, porém, foram as ilhas do Caribe (Cuba e Hispaniola). Com o uso do escravo africano e da grande propriedade, a partir do século XVII a região se especializou na

produção de açúcar, melão e rum para a exportação.



Pintura de Gaspar Miguel Berrio, de 1758, que mostra vista panorâmica dos arredores das montanhas do Cerro Rico, em Potosí, no Vice-Reino do Peru. Museu Charcas, Sucre, Bolívia. Os indígenas extraíram de Potosí e de outras minas da região da atual Bolívia mais de 40 mil toneladas de prata.

A mão de obra indígena

A mão de obra indígena foi a mais importante em praticamente toda a América espanhola. As populações ameríndias ocuparam tanto o papel de aliados políticos dos castelhanos, como de trabalhadores livres, compulsórios e escravos. Entre as principais formas de explorar o trabalho indígena estavam a **encomienda** e a **mita**.

A **encomienda** era uma instituição jurídica comum nas terras do Vice-Reino da Nova Espanha. Por meio dela, os **encomenderos** eram autorizados a cobrar tributos de um certo número de indígenas, que eram pagos com o trabalho na agricultura e nas minas. Os **encomenderos**, por sua vez, ficavam encarregados de catequizar os indígenas. O regime de **encomienda** rendia altos tributos ao governo da Espanha, chegando a totalizar 20% de toda a receita da Coroa.

A **mita**, por sua vez, era uma instituição de origem inca adaptada pelos espanhóis em suas colônias. Por meio dela, os colonizadores encarregavam os chefes indígenas de selecionar, nas comunidades, os homens que deveriam ser encaminhados ao trabalho, principalmente nas minas, onde deveriam permanecer por quatro meses. Os índios recrutados recebiam um pagamento e, durante o recrutamento, só podiam se ausentar do trabalho nas folgas autorizadas.

Os trabalhadores indígenas, sobretudo nas minas de prata, foram submetidos a diversos tipos de exploração e de violência.



Escravidão na plantação de açúcar, mural de Diego Rivera, 1930-1931. Museu Regional de Cuauhnáhuac (Palácio de Cortés), Cuernavaca, México.

A Sociedade Colonial

A sociedade na América espanhola era composta de cinco grupos de condições distintas: espanhóis, criollos, mestiços, indígenas e negros trazidos como escravos da África.

Espanhóis – Conhecidos como chapetones, ocupavam os postos públicos mais destacados no vice-reino, na Igreja e no exército, além de possuírem grandes negócios.

Criollos – Descendentes de espanhóis nascidos na América, possuíam grandes propriedades e atuavam no comércio ou participavam do cabildo. Muitos de seus filhos iam estudar na Espanha e, ao voltar, exerciam as carreiras de médico, advogado, entre outras.

Mestiços – Filhos de espanhóis com índias, dedicavam-se ao pequeno comércio, ao serviço doméstico e ao trabalho no campo como vaqueiros ou administradores de propriedades.

Indígenas – A maioria não sabia ler nem escrever. Em geral, não tinham propriedades e trabalhavam na agricultura, nas minas e na construção e reparo de obras públicas.

Africanos escravizados – Na América espanhola, foram expressivos no Vice-Reino de Nova Granada e nas ilhas do Caribe, principalmente a partir da segunda metade do século XVII.

Ao longo do tempo, espanhóis, criollos, mestiços, indígenas e negros escravizados se miscigenaram, dando origem a novos grupos sociais e a novas desigualdades na América hispânica.

Relações entre diferentes culturas

Ainda que, a partir do século XVI, os espanhóis tenham proibido a escravização dos indígenas, isso não significava que os nativos fossem vistos como iguais aos brancos. Na realidade eram considerados inferiores e ingênuos, incapazes de decidir, por sua própria conta, onde trabalhar, de que maneira, qual religião seguir... A Coroa e as elites políticas e econômicas espanholas preferiam que os colonizadores e os indígenas não se misturassem. Porém, apesar desse pensamento, muitos conquistadores tiveram filhos com as indígenas. O mesmo aconteceu, em menor grau, entre os africanos escravizados e os indígenas e os colonos.

Nesse ambiente social bastante heterogêneo, indígenas, escravos de origem africana e mestiços foram aqueles que mais tiveram suas identidades transformadas e recriadas. A maioria das comunidades indígenas adotou o cristianismo e incorporou práticas dessa religião à sua identidade étnica e cultural. Apesar dessas transformações, não deixaram de se considerar indígenas, porque não abandonaram os elementos que compunham essa identidade, como a língua, a visão de mundo,

as relações de parentesco, as festas, os trajes e as tradições culinárias, artísticas e religiosas.

No caso dos escravos de origem africana, a manutenção de suas identidades foi muito mais difícil. Como em geral pertenciam a grupos étnicos distintos, acabaram construindo na América novas identidades socioculturais, mantendo muito de suas culturas originais, mas incorporando expressões da cultura do colonizador, como a língua e a religião cristã. Em muitos casos, essa situação promoveu o surgimento de novas religiões, que tinham forte relação com crenças africanas, como o vudú haitiano ou a santería cubana, aparentadas com o candomblé e a umbanda que conhecemos no Brasil.



Mulher faz oferenda a entidades do vudú em Porto Príncipe, no Haiti, 2012. O vudú foi declarado religião oficial pelo governo haitiano em 2003, o que garantiu aos seus seguidores a permissão para a realização de casamentos e batismos.

A Colonização Inglesa na América

Os ingleses chegam à América do Norte

Em suas porções ao norte, o continente americano e o europeu estão relativamente próximos, pois as distâncias entre a Inglaterra, a Islândia, a Groenlândia e a costa do Canadá, por exemplo, são bem menores do que as distâncias entre a Península Ibérica e o Caribe. Essas regiões do Atlântico Norte eram navegadas por dinamarqueses e noruegueses desde o século IX. Eram pescadores, comerciantes de peles de animais ou homens que viajavam em expedições promovidas por reinos do norte da Europa, como Dinamarca e Noruega.

A partir de meados do século XV, a Inglaterra também passou a demonstrar interesse por essa região, patrocinando expedições que chegaram à Terra Nova e à Nova Escócia, no atual Canadá, entre 1466 e 1467. No início do século seguinte foi a vez dos franceses, que exploraram, em suas expedições, o Rio São Lourenço, chegando até onde se localiza hoje a cidade de Montreal, no Canadá.

Piratas em alto-mar

Ingleses e franceses, ao iniciarem suas viagens oceânicas, encontraram as terras do Novo Mundo divididas entre Portugal e Espanha. Excluídos da partilha colonial, ingleses e franceses recorreram muitas vezes à pirataria para tirar proveito das riquezas extraídas da América.



Gravura que representa o pirata Bartholomew Roberts, também conhecido como Black Bart; ao fundo, os navios piratas Royal Fortune e Ranger, 1724.

A fase comercial da exploração da América do Norte

Os piratas que atuavam a serviço da Coroa recebiam uma carta de corso, documento em que se declarava que eles navegavam a serviço do rei. Por isso esses piratas eram conhecidos como corsários. O alvo principal dos corsários eram os galeões espanhóis que se dirigiam à Europa carregados de metais extraídos das colônias americanas.

Diferentemente do que ocorreu com os espanhóis nas ilhas do Caribe e no continente americano, as expedições e navegações inglesas e francesas no norte da América não resultaram em processos de conquista militar ou de colonização durante o século XVI.

Nesse período, os contatos entre ingleses, franceses e povos ameríndios, que se multiplicaram rapidamente, eram basicamente comerciais. Entre os principais produtos comercializados estavam gêneros alimentícios, peles de animais, objetos de metal e tecidos. Porém, esses contatos não resultaram na fundação de vilas, cidades e núcleos coloniais, nem no domínio de populações indígenas e na invasão de seus territórios.

Somente no século XVII, regiões costeiras da América do Norte foram efetivamente ocupadas por ingleses, franceses e também holandeses, resultando na formação da Nova Inglaterra, da Nova França e dos Novos Países Baixos (ou Nova Holanda).

A formação das Treze Colônias

Entre 1584 e 1587, a Coroa inglesa fez as primeiras tentativas de iniciar a colonização da América do

Norte, autorizando nobres a organizarem expedições exploratórias com o objetivo de ocupar os territórios que viessem a ser encontrados.

No entanto, doenças, fome e ataques indígenas do povo croatan, que tiveram suas terras invadidas, levaram essas iniciativas ao fracasso. Apesar disso, o impulso colonizador da Coroa inglesa continuou por meio de acordos com companhias comerciais, como a de Londres e a de Plymouth. Por meio de contratos, o governo inglês reconhecia o direito dessas companhias às novas terras que eventualmente fossem conquistadas e garantia a elas o monopólio do comércio que viesse a ser realizado entre a região e a Europa.

Muitos trabalhadores ingleses migraram para a América do Norte na condição de servos temporários. Em geral, eram pessoas pobres, que não tinham dinheiro para pagar a viagem rumo à América para as companhias comerciais. Como nas novas terras havia escassez de mão de obra, eles aceitavam trabalhar sem remuneração, em troca do pagamento das despesas de viagem. Geralmente, depois de sete anos, os servos ficavam livres para trabalhar em seu próprio negócio.

A primeira iniciativa independente de colonizar a América do Norte ocorreu em 1620, quando 102 ingleses, entre eles muitos puritanos (protestantes calvinistas) fugidos de perseguições religiosas, desembarcaram do navio Mayflower e fundaram a cidade de Plymouth, no atual estado de Massachusetts. Eles ficaram conhecidos como “pais peregrinos” (pilgrim fathers). No rastro desses primeiros colonos, vieram outros, como franceses, holandeses, irlandeses e alemães, formando as treze colônias da América do Norte.



Embarcação dos pais peregrinos em 1620, pintura de Robert Walter Weir, 1857. Museu de Arte do Brooklyn, Nova York.

Relações entre indígenas e colonos

A chegada e as primeiras experiências dos puritanos calvinistas na América inglesa são vistas pela história oficial dos Estados Unidos como os atos fundadores da nação.

Após chegarem à América e fundarem a colônia de Plymouth, no atual estado de Massachusetts,

conta a tradição que os colonos do Mayflower enfrentaram um terrível inverno e muitos morreram de fome e frio. Porém, com a ajuda de indígenas wampanoag, que lhes forneceram alimentos e sementes de milho para o cultivo, os colonos teriam sobrevivido. Essa história foi amplamente retratada em pinturas a partir da independência dos Estados Unidos e, mais recentemente, em filmes, além de ser lembrada e celebrada em uma das principais festas nacionais do país: o Dia de Ação de Graças

O fato é que as relações entre colonos e indígenas foram muito mais conflituosas que amistosas. De norte a sul, os ingleses invadiram progressivamente os territórios habitados pelos indígenas, que reagiram com ataques esporádicos ou guerras. Nesse contexto, a população nativa diminuiu vertiginosamente, caindo de aproximadamente 10 milhões de pessoas no começo do século XVI para apenas 600 mil indivíduos no final do século XVIII. Enquanto isso, a população de origem europeia na América do Norte cresceu de cerca de 2.500 para 3 milhões de pessoas.

Diferentemente do que ocorria nas colônias espanholas e portuguesa na América, a colonização realizada pelos protestantes ingleses não apresentou esforços sistemáticos de evangelização dos povos indígenas. O caráter comercial da empresa colonizadora promovida pela Coroa inglesa não incentivava a integração política ou social do ameríndio ao reino britânico. O resultado desse modelo de colonização foi a formação de uma sociedade de matriz europeia com pouca mestiçagem e quase nenhuma integração entre ameríndios e brancos.



O primeiro Dia de Ação de Graças, em 1621, pintura de Jean Leon Gerome Ferrer, 1912. Biblioteca do Congresso, Washington.

As colônias do norte-centro e do sul

Com base nos tipos de atividade econômica que foram desenvolvidos e na estrutura social que se formou, as treze colônias podem ser agrupadas em colônias do norte e do centro e em colônias do sul.

As colônias do norte e do centro apresentavam clima temperado semelhante ao da Inglaterra e, por essa razão, possuíam pouco potencial para o cultivo

de produtos tropicais ou semitropicais, valorizados no comércio internacional.

Chamadas em conjunto de Nova Inglaterra, essas colônias desenvolveram uma economia e sociedade semelhantes às da Inglaterra daquele período: policultura agrícola voltada ao consumo local ou ao mercado interno e praticada em pequenas propriedades, com o predomínio da mão de obra livre e, em alguns casos, servos temporários; fabricação de navios usados no comércio marítimo local ou que atingia o Caribe e a África; pesca e comércio de peles e de madeira. Embora pouco numerosos se compararmos à situação das colônias do sul, também havia escravos indígenas e negros nas colônias do norte e centro.

As colônias do sul, que apresentavam clima subtropical, desenvolveram o cultivo de produtos agrícolas valorizados no mercado europeu. O tabaco e o algodão, por exemplo, eram cultivados em grandes propriedades rurais, nas quais se utilizavam, predominantemente, trabalhadores escravos trazidos da África.

De modo geral, podemos dizer que as colônias inglesas do sul possuíam economia e estrutura social semelhantes às das colônias portuguesas do litoral nordestino do Brasil ou das colônias espanholas do Caribe.



Gravura do século XIX que representa John Eliot, um puritano missionário inglês, construindo uma igreja em Massachusetts, em 1651.

A autonomia antes e depois da independência

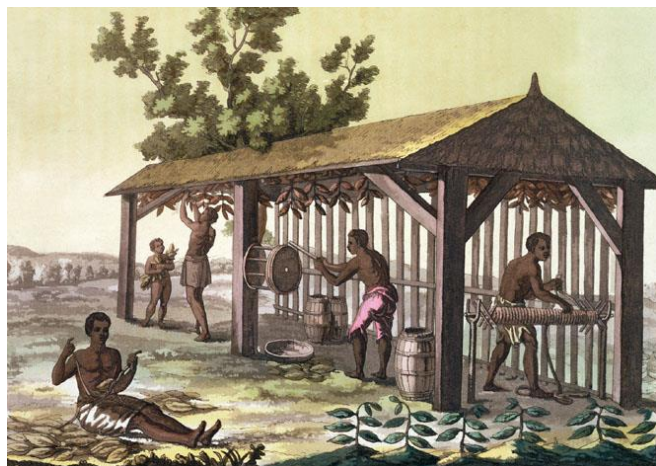
Apesar das distinções entre elas, as treze colônias possuíam muitos elementos em comum: o predomínio do protestantismo, a ausência de um comando político central entre elas (eram totalmente independentes umas das outras) e a razoável liberdade em relação à Coroa inglesa. Mesmo devendo obediência ao Estado inglês, dispunham de relativa autonomia na sua organização interna e nas decisões políticas que tomavam.

A independência que havia entre as treze colônias está presente, em menor grau logicamente, na organização política dos Estados Unidos atualmente. Os 50 estados que formam os Estados Unidos da América têm autonomia para adaptar as determinações da Constituição à sua própria realidade; por isso, nesse país há estados que admitem a pena de morte e outros não; a maioria penal varia entre 16 e 18 anos, dependendo do estado; e a velocidade máxima permitida nas rodovias vai de 120 km/h, na maior parte dos estados, até 137 km/h, caso do Texas.

O Comércio Triangular

O comércio triangular funcionou como uma atividade de integração entre as treze colônias e entre elas e a metrópole inglesa. Por meio desse comércio, os colonos ingleses exportavam para as ilhas do Caribe gado, peixes, madeira e alimentos. Lá eles obtinham açúcar e melão, que eram utilizados para o consumo local e principalmente para a fabricação de rum. A bebida era usada como moeda de troca na compra de escravos na África, que depois eram revendidos no Caribe e nas grandes propriedades das colônias sulistas. Os colonos ingleses também aproveitavam os artigos obtidos nas Antilhas para adquirir tecidos e ferramentas produzidos na Inglaterra.

Os lucros do comércio triangular propiciaram o desenvolvimento das manufaturas nas colônias do norte e do centro e favoreceram o surgimento de uma rica burguesia mercantil na América.



Escravos africanos preparando tabaco na colônia da Virgínia, de Angelo Biasioli, c. 1790. Gravura retirada de *Le costume ancien et moderne*, volume II, de Jules Ferrario, publicado aproximadamente entre 1820 e 1830.

A presença de escravos negros

O comércio de escravos negros esteve presente em todas as treze colônias inglesas, mas o sul absorvia a maior parte dessa mão de obra, que chegou a totalizar aproximadamente 750 mil pessoas no final do século XVIII.

Gustavo Vassa, um nigeriano trazido para os Estados Unidos como escravo e batizado com nome cristão descreve, em 1794, de que forma os que

sobreviviam à terrível travessia do oceano eram leiloados nos mercados da América

Em todas as colônias, a relação entre colonos brancos e escravos negros se caracterizou por pouca ou nenhuma integração social ou mestiçagem. Para os protestantes das treze colônias, a conversão religiosa dos ameríndios não era nem objetivo nem dever, diferentemente do que ocorria nas colônias americanas de Portugal e Espanha.

Entretanto, o culto às religiões africanas foi proibido. Para combatê-las, os protestantes passaram a batizar os escravos e a obrigá-los a realizar algumas práticas das igrejas protestantes. Contudo, os escravos encontraram inúmeras formas de manter suas práticas religiosas, gerando um cristianismo muito diferente do que era praticado pelos ingleses.

Como ocorreu no Brasil, os escravos africanos na América do Norte também resistiram à escravidão. As principais estratégias foram as fugas, a sabotagem da produção e dos equipamentos, e as rebeliões, que teriam sido mais de 250 entre os séculos XVII e XIX.

